



**Universidade de
Aveiro
2014**

Departamento de Línguas e Culturas

Aleida Alexandre

Cooperação Multilateral – A CPLP

Fernandes Sanches

Estágio na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa

Semedo



**Aleida Alexandre
Fernades Sanches
Semedo**

**Cooperação Multilateral – A CPLP
Estágio na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas e Relações Empresariais, realizado sob a orientação científica do Prof. Doutor Carlos Manuel Ferreira Morais, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, e com a supervisão, na Embaixada, do Dr. Elias Lopes Andrade.

Dedico este trabalho à minha mãe, por ela ser o pilar da minha vida. Foi e sempre será o meu modelo de Mulher. Mesmo perante todos os obstáculos, ela me sempre apoiou e me incentivou no meu percurso académico. Dedico também este relatório a todos aqueles que, ao longo deste percurso, de uma forma ou outra, me influenciaram para que me tornasse no que sou hoje, podendo assim concretizar mais uma etapa da minha vida.

O júri

Presidente

Prof. Doutora Ana Maria Martins Pinhão Ramalheira

Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogais

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues

Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

Prof. Doutor Carlos Manuel Ferreira Morais

Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me guiar nos bons caminhos e por estar sempre presente na minha vida, dando-me força e coragem para nunca desistir.

Agradeço à minha mãe, Maria Inês, à minha avó, Clementina, aos meus irmãos, Leila, Ivandra, Alicia, Aline e Alex e a toda a minha família, por todo amor e carinho, pelo apoio incondicional que recebi, por acreditarem e por apostarem sempre em mim. Não tenho palavras para agradecer a todos como merecem. Todos os dias dou graças por ter uma família maravilhosa.

Tenho muito a agradecer à minha segunda família, que é constituída pelos meus amigos mais próximos, que souberam ter muita paciência comigo. Agradeço o ombro que sempre me disponibilizaram, quando precisei de chorar, e a mão que estenderam, quando precisei de me levantar.

A todas as pessoas da EMBCV pelo acolhimento e pela ajuda, durante o meu estágio, e pela disponibilidade manifestada para me acompanhar-, fornecendo-me as informações necessárias para a elaboração desse relatório.

Também agradeço ao meu orientador, Prof. Doutor Carlos Manuel Ferreira Morais, pela ajuda na conclusão deste relatório.

Aproveito também para agradecer a todos os meus amigos que me deram apoio moral e ânimo, principalmente nas horas mais difíceis. Não podia deixar de agradecer a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que passaram pela minha vida durante o meu percurso académico e que, de uma forma ou de outra, deram um contributo para chegar aonde estou hoje. E um muito obrigado a todos aqueles que entraram na minha vida e ainda permanecem. Sei que posso contar com o vosso apoio agora e sempre.

palavras-chave

Cooperação, EMBCV, CPLP, Língua Portuguesa, Cabo Verde, Portugal.

resumo

Dado que o meu Estágio curricular aconteceu no Departamento de Cooperação da Embaixada de Cabo Verde, decidi centrar o tema do meu Relatório na Cooperação Multilateral (a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, denominada também por CPLP). A CPLP é uma Comunidade plurilinguística e pluricultural, mas unida por uma língua comum, a Língua Portuguesa. Por este ser o ano em que se celebra oito séculos da Língua Portuguesa, quis ainda dar um pequeno enfoque às estratégias da CPLP para a Projeção da Língua Portuguesa no mundo. Refiro igualmente os serviços e as principais atividades em que participei, durante o estágio.

keywords

Cooperation, EMBCV, CPLP, Portuguese, Cabo Verde, Portugal.

abstract

Since my traineeship was in Cooperation of the Embassy of Cabo Verde, I decided to focus the theme of my report on Multilateral Cooperation (the Community of Portuguese Language Countries, also called for CPLP). The CPLP is a multilingual and multicultural community, but United by a common language, Portuguese. Because this year be the year that we celebrate eight centuries of Portuguese still wanted to give a little focus to the strategies of the CPLP for the projection of the Portuguese in the world. Also, I will talk about the services that I had the opportunity to be and the main activities I attended.

.

Índice

| | |
|--|----|
| Lista de Abreviaturas..... | 9 |
| Introdução..... | 12 |
| Capítulo 1 | 14 |
| 1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP | 14 |
| 1.1 Organização institucional..... | 14 |
| 1.2 Países membros | 17 |
| 1.3 Observadores Associados e Observadores Consultivos..... | 19 |
| 1.4 A Língua Portuguesa e a CPLP..... | 20 |
| 1.4.1 Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)..... | 21 |
| 1.5 Cabo Verde e a CPLP..... | 23 |
| Capítulo 2 | 24 |
| 2. Embaixada | 24 |
| 2.1 Caraterização da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa | 26 |
| 2.1.1 Estrutura e Organização dos serviços - evolução | 27 |
| 2.1.2 Departamentos e Serviços da EMBCV | 29 |
| Capítulo 3 | 31 |
| 3. Departamentos de estágio e as tarefas executadas..... | 32 |
| 3.1 Cooperação Bilateral – Portugal/Cabo Verde | 33 |
| 3.1.1 Departamentos estudantes/ ensino superior..... | 35 |
| 3.1.1 A) Ingresso dos estudantes Cabo-verdianos no ensino superior em Portugal..... | 36 |
| 3.1.1 B) Organização, atualização dos processos estudantis..... | 37 |
| 3.1.1 C) Atualização da folha de pagamentos das bolsas..... | 38 |
| 3.1.1 D) Introdução de informações no Portal <i>Porton di nos ilha</i> | 38 |
| 3.1.1 E) Emissão de declarações para fins diversos | 39 |
| 3.1.1 F) Processos pendentes de renovação da bolsa | 39 |
| 3.1.1 G) Elaboração de carta de agradecimento | 40 |
| 3.2 Visita do Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação de Cabo Verde à Lisboa | 40 |
| 3.2.1 Reunião do Senhor Ministro com os representantes das associações de estudantes | 40 |
| 3.3 Fazer uma nota verbal | 41 |

| | | |
|-------|--|----|
| 3.4 | Cooperação Multilateral..... | 42 |
| 3.4.1 | Papel do Serviço da Cooperação na CPLP..... | 42 |
| 3.4.2 | Reunião na sede da CPLP para organização da campanha “Juntos contra a fome”..... | 42 |
| 3.4.3 | Conferência “Governo eletrónico”..... | 43 |
| 3.5 | Confederação empresarial da CPLP – CE-CPLP | 43 |
| 3.5.1 | Reunião para organizar a I Edição “Saberes e sabores da CPLP” | 44 |
| 3.6 | Cooperação descentralizada..... | 44 |
| 3.6.1 | Portugal exportador 2013 (8.ª Edição)..... | 45 |
| 3.6.2 | Assinatura de protocolo de cooperação entre AICEP e UCCLA..... | 46 |
| 3.7 | Serviços dos assuntos da comunidade - SAC | 47 |
| 3.7.1 | Bazar internacional do corpo diplomático | 48 |
| 3.7.2 | Participação no <i>Forum</i> de redes da sociedade civil | 49 |
| 3.7.3 | Encontro de trabalho na Sede da OIM | 51 |
| 3.8 | Protocolo..... | 53 |
| | Reflexão crítica acerca do tema | 56 |
| | Reflexão crítica acerca do estágio curricular | 57 |
| | Referências Bibliográficas | 58 |
| | Anexos..... | 59 |

Índice de Figuras

| | | |
|------------|--|----|
| Figura 1: | Primeiro Organigrama da EMBCV | 27 |
| Figura 2: | Segundo Organigrama da EMBCV | 28 |
| Figura 3 : | Terceiro Organigrama da EMBCV..... | 28 |
| Figura 4 : | Organigrama atual | 29 |
| Figura 5: | Ciclo do projeto | 31 |
| Figura 6: | Gráfico da Evolução dos estudantes Cabo-verdianos a Ingressar no Ensino Superior Português | 36 |

Índice dos Anexos

| | |
|---|----|
| Anexo n.º 1: Cerimónia da Assinatura do Ato Constitutivo – 17 de Julho de 1996 (Lisboa) | 59 |
| Anexo n.º 2: Logótipo da CPLP | 59 |
| Anexo n.º 3: Portal do sítio da ONU (Welcome to the United Nations – It’s your World) | 60 |
| Anexo n.º 4: “Portal Porton di nos ilha”, vista geral | 60 |
| Anexo n.º 5: Introdução de informações dos bolseiros no “Portal Porton di nos ilha” | 61 |
| Anexo n.º 6: Introdução de informações dos bolseiros no “Portal Porton di nos ilha” | 61 |
| Anexo n.º 7: Introdução de informações dos bolseiros no “Portal Porton di nos ilha” | 62 |
| Anexo n.º 8: Ficha do aluno | 63 |
| Anexo n.º 9: Crachá Participação no Portugal Exportador 2013 | 64 |
| Anexo n.º 10: ARVORE – Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração | 64 |
| Anexo n.º 11: Programa Portugal Exportador 2013 – Workshops | 65 |
| Anexo n.º 12: Programa Portugal Exportador 2013 – Cafés Temáticos | 66 |
| Anexo n.º 13: Programa Portugal Exportador 2013 – Consultoria Internacional | 67 |
| Anexo n.º 14: Programa Portugal Exportador 2013 – Networking Area | 68 |

Lista de Abreviaturas

ACDP – Associação dos Familiares dos Diplomatas Portugueses

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/ Câmara de Comércio e indústria

BES – Banco Espírito Santo

CCIT-P/CV – Câmara Comércio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde

CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGE – Direção Geral da Educação
DGES – Direção Geral do Ensino Superior
DGESC - Direção Geral do Ensino Superior de Cabo Verde
EMBCV – Embaixada da República de Cabo Verde
FICASE - Fundação Cabo-verdiana de ação social Escolar
IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNECC - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
MIREX – Ministério das Relações Exteriores
ONG – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OIM – Organização Internacional para as Migrações
PLE – Português como Língua Estrangeira
PRV – Programa de Retorno Voluntário
SAC – Serviço das Comunidades
SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
UE – União Europeia

“Só queremos o que é concedido naturalmente a todos os povos do mundo, sermos senhores do nosso próprio destino, apenas do nosso destino, não o dos outros, e termos cooperação e amizade com eles.”

Golda Meir

Introdução

No âmbito do Mestrado em Línguas e Relações Empresarias (MLRE), tive de escolher entre elaborar uma dissertação, um projeto ou efetuar um estágio curricular. De entre as opções, o estágio curricular foi a minha escolha, pois, para entrar no mundo laboral, existe o requisito da experiência profissional. Assim, no estágio poderia obter essa experiência, colocando em prática todos os conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado.

O meu principal objetivo sempre foi realizar um estágio em Cabo Verde, colocando o meu saber ao serviço do meu país. Comecei, então, a procurar organizações que me poderiam ajudar a concretizar esse objetivo. Enviei *curricula* e cartas de motivação para algumas entidades que pensava serem uma mais-valia. Não obtendo qualquer resposta, lembrei-me da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa (mais adiante designada por EMBCV). Feitos os contactos, consegui que aceitassem a minha pretensão.

O meu estágio curricular decorreu no Serviço de Cooperação e teve a duração de cinco meses, de novembro de 2013 a abril de 2014. O meu Supervisor foi o Dr. Elias Lopes Andrade, tendo contado ainda com a colaboração da Dr.^a Ângela Barbosa (responsável pela Direção de Serviço dos Assuntos da Comunidade), da Dr.^a Célia Vida (Técnica Superior do Departamento de Cooperação e Estudantes), da Dr.^a Celicina Lima (coordenadora dos assuntos relacionados com o Departamento de Cooperação e Estudantes), da Dr.^a Filomena Lopes (Técnica Superior do Departamento de Cooperação e Estudantes e responsável pelos assuntos relacionados com a CPLP) e da Dr.^a Sofia Ferraz (Técnica Superior do Departamento de Cooperação e Estudantes e responsável pelos assuntos relacionados com a Formação Profissional).

Durante o meu estágio, lidei de perto com a promoção de investimentos e relações empresariais entre Cabo Verde e Portugal e com a Cooperação Multilateral. Participei em reuniões, em fóruns, em feiras e no acompanhamento das diligências da Embaixada em matéria empresarial e económica.

A nível da confederação empresarial da CPLP, participei em reuniões e acompanhei os diversos dossiês de carácter económico que dizem respeito à CPLP.

No Departamento de Cooperação e Estudantes (DCE) realizei as seguintes atividades:

- inserção de informações curriculares nos processos individuais de cada estudante bolseiro do Governo de Cabo Verde, no portal “*Porton di nos ilha*”, na área da Educação;
- prestação de informações de forma presencial ou via correio eletrónico;
- emissão de declarações para fins diversos;
- organização e atualização dos processos estudantis;
- elaboração de cartas de agradecimento.

Na Direção de Serviço dos Assuntos da Comunidade, participei em atividades diversas:

- no Bazar Internacional do Corpo diplomático;
- no *Forum* de Redes da Sociedade Civil;
- no encontro de trabalho na sede da Organização Internacional para as Migrações.

Tive ainda a oportunidade de conhecer e acompanhar um pouco os serviços protocolares da EMBCV.

Capítulo 1

Neste capítulo, abordarei as questões da Cooperação Multilateral, ao nível da CPLP, e da promoção da Língua Portuguesa.

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP¹

A ideia da criação da CPLP surgiu em novembro de 1989 no Brasil, durante o encontro com os Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa. Contou com os representantes de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné Bissau, de Moçambique, de Portugal e de São Tomé e Príncipe, a convite do presidente brasileiro José Sarney. Nessa reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que teria como função a promoção e difusão do idioma comum da comunidade.

A criação da CPLP foi formalizada em julho de 1996, na Cimeira em Lisboa. Com sede nesta cidade, são três os principais eixos de ação da CPLP:

- a) a cooperação político-diplomática (nas Nações Unidas e em dossiês internacionais diversos);
- b) a cooperação técnica e económica para o desenvolvimento (agricultura, saúde, ambiente, mundo empresarial, questões aduaneiras, etc.);
- c) e a cooperação na expansão internacional da Língua Portuguesa e na Ação Cultural.

1.1 Organização institucional

Os Órgãos constituintes da CPLP são:

a) a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (ou simplesmente Conferência).

A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou Governo de todos os Estados membros. Este órgão máximo da CPLP tem as seguintes competências:

- definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;

¹ Sedeada em Lisboa, Portugal.

- adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos objetivos estabelecidos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- criar instituições necessárias para o bom funcionamento da CPLP;
- eleger, de entre os seus membros, um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- eleger o Secretário Executivo da CPLP.

Esta conferência realiza-se ordinariamente, de dois em dois anos, mas, em casos excepcionais, poderá acontecer quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

b) Conselho de Ministros ou Conselho

O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações exteriores de todos os Estados membros e tem como competências:

- coordenar as atividades da CPLP;
- supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;
- definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP.

A presidência do Conselho de Ministros é feita de forma rotativa e por um mandato de dois anos. As decisões são tomadas por consenso.

c) Secretariado Executivo

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:

- implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;
- planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
- acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e outras iniciativas no âmbito da CPLP.

Este órgão é dirigido pelo Secretário Executivo que é, atualmente, o Dr. Murade Murargy.

d) Reuniões Ministeriais Setoriais

Estas reuniões são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Tem como função coordenar as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores Governamentais.

e) Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

A reunião dos Pontos Focais de Cooperação é constituída pelas unidades responsáveis nos Estados membros e pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do Estado membro que estiver na presidência, tendo como principal competência assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP.

As reuniões dos Pontos Focais de Cooperação acontecem duas vezes por ano e, excecionalmente, quando solicitadas por dois terços dos Estados membros.

f) Instituto Internacional da Língua Portuguesa

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é uma Instituição da CPLP dotada de estatutos próprios.²

g) Assembleia Parlamentar

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade e é regida por estatutos próprios. Tem como função promover os objetivos da Comunidade através do diálogo e da cooperação interparlamentar, de acordo com os restantes órgãos da CPLP.

² Abordarei de forma pormenorizada mais a frente.

1.2 Países membros

A CPLP é constituída por nove Estados que têm o português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Angola

Designação oficial: República de Angola.

Capital: Luanda.

Foi colónia portuguesa desde 1575 até à independência em 11 de novembro de 1975. A língua oficial é o português. Das outras línguas Africanas faladas, algumas tem o estatuto de língua nacional. As mais faladas são o Umbundo, o Kimbundo, o Kikongo e o Tchokwé.

Brasil

Designação oficial: República Federativa do Brasil.

Capital: Brasília.

Colónia portuguesa desde 1500, alcançou a independência a 7 de setembro de 1822.

A língua oficial é o português. Como idiomas minoritários, tem as línguas indígenas, o alemão, o italiano e as línguas ameríndias.

Cabo Verde

Designação oficial: República de Cabo Verde.

Capital: Praia.

Colónia portuguesa desde o século XV, obteve a independência a 5 de julho de 1975.

A língua oficial é o português. Porém, o crioulo cabo-verdiano é língua materna da maioria dos cidadãos deste país.

Guiné Bissau

Designação oficial: República da Guiné Bissau.

Capital: Bissau.

Colónia portuguesa desde o século XV, proclamou a sua independência a 24 de setembro de 1973.

A língua oficial é o português. Tem também como línguas faladas o Crioulo Guineense e alguns dialetos.

Guiné Equatorial

É o membro mais recente da CPLP. Entrou a 23 de julho de 2014³.

Designação oficial: República da Guiné Equatorial.

Capital: Malabo.

Foi colónia portuguesa de 1471 até março de 1778. Neste ano, as ilhas passaram para a dominação espanhola até à proclamação da independência, a 12 de outubro de 1968.

As línguas oficiais são o castelhano, o francês e recentemente o português⁴. Os idiomas mais falados são o fang e o pidgin inglês. Na ilha de Ano Bom, é usado o Fát d'Ambô, um crioulo de base portuguesa.

Moçambique

Designação oficial: República de Moçambique.

Capital: Maputo.

No início do século XVI, tornou-se colónia portuguesa. Proclamou a sua independência a 25 de junho de 1975.

A língua oficial é o português. Das muitas línguas nacionais, as mais faladas são o Lomué, o Makondé, a Shona, o Tsonga, o Ronga e o Changana.

Portugal

Designação oficial: República Portuguesa.

Capital: Lisboa.

³Ganhou o Estatuto de Observador Associado em julho de 2006. Em 2010, apresentou um pedido formal de adesão a CPLP. O Presidente e o Primeiro-ministro da Guiné Equatorial apresentaram no dia 20 de julho de 2011 o projeto que pretendia adicionar o português como língua oficial. Em Fevereiro de 2014, o Presidente da Guiné Equatorial aprovou um dispositivo legal declarando uma moratória em relação à pena de morte, não significando a sua abolição, mas a suspensão. Passou a membro integrante da CPLP na X Cimeira da CPLP, no mês de julho desse ano, em Díli, Timor Leste.

⁴ As línguas francesas e a portuguesa, apesar de oficiais, são pouco faladas no território.

A língua oficial é o português. Tem ainda o Mirandês, língua falada oficialmente no concelho de Miranda do Douro.

Nos séculos XV e XVI, com os descobrimentos, Portugal expandiu-se para África, Ásia, Oceânia e América do Sul.

São Tomé e Príncipe

Designação oficial: República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Capital: São Tomé.

Foi colónia portuguesa desde o século XV até a sua independência a 12 de julho de 1975.

A língua oficial é o português, mas também se falam localmente três crioulos de base portuguesa.

Timor leste

Designação oficial: República Democrática de Timor Leste.

Capital: Díli.

Colónia portuguesa desde o século XVI até a sua independência em 28 de novembro de 1975. Pouco depois, o país foi invadido e colonizado pela Indonésia, readquirindo a sua independência a 20 de maio de 2002.

Após a sua independência, foi acolhido como membro integrante da CPLP.

As línguas oficiais são o português e o tétum. O indonésio e a língua inglesa são considerados línguas de trabalho.

1.3. Observadores Associados e Observadores Consultivos

Desde a criação da CPLP, a vontade de ampliar as colaborações extracomunitárias tem sido uma evidência. Em Julho de 1998, na Cidade da Praia, foi criado o Estatuto de Observador na II Cimeira de Chefes de Estado e do Governo. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda, foram criadas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. Estes estatutos pode ser adquiridos por Estados ou entidades que partilham os objetivos da CPLP, principalmente no âmbito da promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Para serem Observadores Associados, os países têm de cumprir alguns requisitos, que vão desde a promoção de práticas democráticas à boa governação e ao respeito dos direitos humanos.

Os Observadores Associados possuem o direito a participação, sem direito a voto, nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo e no Conselho de Ministros. Poderão ter acesso aos documentos não confidenciais e apresentar comunicações, caso sejam autorizados. São Observadores Associados a República da Ilha Maurícia, a República do Senegal, a Geórgia, a República da Namíbia, República da Turquia e o Japão. E Observadores Consultivos as Universidades, fundações e plataformas de organizações dos Estados membros. De entre eles, podemos mencionar a Assistência Médica Internacional (AMI), a Fundação Calouste Gulbenkian, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Instituto de Marquês Valle Flôr e o Observatório de Língua Portuguesa.

As qualidades de Observador Associado ou Consultivo poderão ser retiradas, temporária ou definitivamente, no caso de se verificarem alterações às condições que permitiram a sua concessão.

1.4. A Língua Portuguesa e a CPLP

Os países membros têm um passado histórico comum. Além deste passado histórico, a Língua Portuguesa é o elo que liga esta comunidade, o meio privilegiado de difusão e de projeção internacional da cultura dos diferentes povos que falam português.

Língua Portuguesa

A Língua Portuguesa, também conhecida por português, é uma das muitas línguas românicas. Com a criação do Reino de Portugal, o português expandiu-se para o sul, com o processo de Reconquista⁵. Com os descobrimentos, o português passou a ser falado na América, na África, na Ásia e na Oceânia.⁶

⁵ A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos responsáveis pela formação das três línguas peninsulares (galego-português a oeste, castelhano no centro e o catalão a leste). Com a Reconquista estas línguas, nascidas no Norte, foram levadas para o Sul.

⁶ O português recebeu alguma influência desses países, principalmente no vocabulário. Houve introdução de novas palavras, nomeadamente, palavras árabes (vindas da África do Norte, África do leste e do oceano Índico), palavras das principais línguas do sudoeste Asiático (o dravídico da Índia, o malaio e o chinês).

Hoje, a Língua Portuguesa, falada por aproximadamente duzentas e cinquenta milhões de pessoas em todos os continentes, é o sexto idioma mais falado no mundo. Em muitos contextos, é uma língua franca, ou seja, uma língua de comunicação funcional ou social, que resulta de contacto e comunicação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos.

Com o intuito de valorizar, cada vez mais a Língua Portuguesa, a CPLP criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

1.2.1 Instituto Internacional da Língua Portuguesa

O IILP é uma instituição da CPLP que tem como objetivo a construção de políticas concertadas para a promoção e a difusão da Língua Portuguesa, com vista à sua internacionalização efetiva e à sua afirmação como língua global.

Assim, entre as suas principais preocupações está a afirmação do português como:

- a) língua de comunicação internacional;
- b) língua de educação, formação e informação;
- c) língua de conhecimento científico e tecnológico;
- d) língua de expressão de diferentes culturas.

A CPLP e a Projeção da Língua Portuguesa no mundo

A CPLP elaborou algumas estratégias para a Projeção da Língua Portuguesa, que passamos a descrever.

a) implementação da língua portuguesa nas organizações internacionais

A utilização do português como língua de trabalho ou de documentação em organizações internacionais (de carácter universal ou regional), já é uma realidade. De facto, o português é um idioma falado em mais de duas dezenas de instituições internacionais, tais como a União Africana, a União Europeia, a União Sul-Americana de Nações (UNASUL), a Organização dos Estados Americanos e as Cimeiras Ibero-Americanas.

A CPLP quer ainda batalhar pela possibilidade da introdução do português como “língua de documentação” das Nações Unidas e pela tradução para português dos portais web das

Nações Unidas, nomeadamente daqueles em que o conteúdo tem maior impacto para os países da CPLP.⁷

b) Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa

Neste domínio, a CPLP tem cinco grandes objetivos:

- aprimorar o ensino da Língua Portuguesa no espaço da CPLP;
- melhorar programas de formação de professores de Língua Portuguesa e em Língua Portuguesa;
- fortalecer do ensino de português como língua estrangeira (PLE);
- otimizar programas de formação de professores de Língua Portuguesa;
- aumentar a oferta de cursos de Língua Portuguesa em universidades estrangeiras.

c) Ensino da língua nas Comunidades de Língua Portuguesa fora do espaço da CPLP;

Neste capítulo, são três as principais metas da CPLP:

- promover o ensino do português como língua curricular, desde a pré-escola até ao ensino secundário, nos países e regiões onde estão presentes comunidades provenientes dos Estados membros da CPLP;
- promover ações de sensibilização nessas Comunidades sobre a importância da educação em Língua Portuguesa;
- criar programas específicos nessas Comunidades para estimular o desenvolvimento dos níveis de literacia em Língua Portuguesa.

d) Estado de desenvolvimento do Novo Acordo Ortográfico

Em vigor em alguns dos Estados-membros da CPLP, aguarda-se a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa pelos demais países para garantir a uniformização, quase plena, da ortografia da Língua Portuguesa. Porém, este é um processo demorado, uma vez que alguns dos países ainda não ratificaram o acordo e os que o fizeram têm períodos diferenciados para a sua aplicação, que se estendem até 2019, como é o caso de Cabo Verde.

⁷ No anexo n.º 2, pode ver-se uma imagem do Portal da ONU.

1.5. Cabo Verde e a CPLP

No processo de projeção internacional da CPLP, Cabo Verde pode assumir um papel fundamental. A CPLP pode reestabelecer as suas estratégias apostando fortemente na sua internacionalização usando Cabo Verde como plataforma. De facto, este país tem uma localização geoestratégica entre a Europa, a África e a América. Além disso, possui uma vasta comunidade emigrada nestes três continentes, que lhe confere características de uma nação global e transnacionalizada, que se tem vindo a afirmar internacionalmente, em resultado da sua estabilidade política e social. Cabo Verde, busca pela CPLP internacionalizar-se.

Capítulo 2

Neste capítulo, vou abordar a entidade de acolhimento do meu estágio. Depois de uma breve história e caracterização da Embaixada de Cabo Verde, apresentarei a sua estrutura e a organização dos seus serviços.

2.1. Embaixada

Uma embaixada é a representação de um país, de um estado ou de um governo no estrangeiro. É uma organização sem fins lucrativos, com grande importância para todos os cidadãos que estão distantes do seu país de origem. É vista como a “Casa” que serve de pilar e de proteção aos seus cidadãos, prestando apoios à comunidade, que se traduzem num conjunto de serviços que visam a satisfação das suas necessidades, desejos, expectativas, preocupações e oferecendo aos cidadãos no estrangeiro o conforto e bem-estar coletivos.

As Embaixadas de Cabo Verde representam o Estado de Cabo Verde junto dos países acreditadores e das Representações Permanentes e ainda, junto das organizações intragovernamentais onde estão acreditadas.

As missões diplomáticas são chefiadas por Embaixadores ou Encarregados de Negócios, na ausência daqueles, sendo este cargo ocupado pelo funcionário mais graduado, presente na missão, ou por uma pessoa designada pelos serviços centrais do Ministério das Relações com o Exterior⁸.

⁸ O Ministério das Relações Exteriores (MIREX) é o departamento governamental que tem por missão definir, propor, coordenar e executar a política das relações externas de Cabo Verde, nas vertentes da diplomacia, das funções consulares, da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como a política das relações económicas e comerciais internacionais, de conformidade com as diretrizes do Governo, em aplicação do princípio de unidade de ação com exterior. As missões diplomáticas são constituídas pelas Embaixadas e pelas Representações Permanentes. As missões diplomáticas e os postos consulares são serviços externos do MIREX.

Os serviços externos orientam-se de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações diplomáticas, de 1961, e sobre as Relações consulares, de 1963, e também pelas normas de direito internacional aplicáveis e ainda pela legislação nacional vigente.

As competências das Missões Diplomáticas de Cabo Verde são:

- a) representar Cabo Verde junto dos Estados acreditadores e junto das organizações intergovernamentais;
- b) promover relações amistosas e de cooperação e desenvolver relações económicas, culturais e científicas entre os Estados acreditadores e a República de Cabo Verde;
- c) negociar com os Governos dos Estados acreditadores e proteger os interesses de Cabo Verde e dos seus nacionais, bem como reforçar os laços das comunidades cabo-verdianas aí estabelecidas com Cabo Verde;
- d) inteirar-se por todos os meios legais das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar o Governo de Cabo Verde;
- e) facilitar a missão dos enviados oficiais de Cabo Verde junto dos Governos dos Estados acreditadores e organizações intergovernamentais, nomeadamente através do apoio diplomático;
- f) intervir junto dos Governos dos Estados acreditadores no sentido de introdução, apoio diplomático e acompanhamento de assuntos do Estado de Cabo Verde;
- g) estabelecer contactos com operadores económicos na sua área de jurisdição e promover o intercâmbio destes com Cabo Verde;
- h) desenvolver as suas atividades em estreita articulação com as unidades competentes dos serviços centrais do MIREX, privilegiando os mecanismos internos de funcionamento;
- i) articular com os Postos Consulares da sua área de jurisdição a execução de medidas e políticas visando as comunidades cabo-verdianas.⁹

⁹ Informação retirada da orgânica do MNECC (agora MIREX), publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, a 7 de dezembro de 2009.

2.1.1. Caraterização da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa

Enquadramento histórico

Cabo Verde foi colónia de Portugal desde o século XV até 1975, ano em que se tornou um país independente. Depois da independência, tornou-se imprescindível estabelecer relações diplomáticas com outros países. Foi em outubro de 1975 que o Doutor Corsino António Fortes chegou a Portugal para exercer as funções de Embaixador. Apresentou as respetivas cartas credenciais a Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, General Costa Gomes, no dia 13 de novembro de 1975.

Mal chegou, foi necessário tomar decisões de emergência face à realidade encontrada. Com a independência, os naturais de Cabo Verde, que formavam uma grande comunidade em Portugal, perderam automaticamente a nacionalidade portuguesa. Os agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana começaram a exercer uma fiscalização mais rigorosa aos cidadãos das ex-colónias e havia um clima de grande tensão. Assim era urgente arranjar uma solução para este problema, em articulação com o Estado Português.

Contudo, Cabo Verde não possuía ainda uma estrutura consular ou mesmo diplomática própria que pudesse oferecer a proteção necessária e prestar serviços aos nacionais, emitindo documentos para a sua legalização.

Assim, em finais do ano de 1975, os poucos elementos e alguns voluntários começaram a atender os trabalhadores-emigrantes Cabo-verdianos na Embaixada da Guiné Bissau. Esta solução, porém, foi provisória, dada a dimensão da comunidade Cabo-verdiana, que se estimava em cerca de quarenta mil pessoas. No início do ano de 1976, a Embaixada muda as suas instalações para um andar arrendado, havendo necessidade de contratar mais pessoas e de dispensar a ajuda dos voluntários. É só em finais de 1976 que a EMBCV se fixa no local onde se encontra hoje, na Avenida do Restelo, em Lisboa.

Ao longo dos anos que se seguiram, foi desenvolvida uma forte relação de cooperação com o Estado Português, que assentou nos seguintes propósitos:

- a) conveniência política de solucionar as questões herdadas do regime colonial;
- b) interesse de assegurar em Portugal a formação e aperfeiçoamento dos nossos quadros;
- c) interesse de colaboração em Cabo Verde de professores e técnicos portugueses;

d) garantia da normalização das transações comerciais entre os dois países

Desde que não haja qualquer impedimento que ponha em causa os interesses de Cabo Verde, os Chefes de Missões Diplomáticas podem ser acreditadas em mais de um país ou organização intergovernamental.

Foi o que aconteceu nos primórdios da EMBCV. Além da creditação em Lisboa, o Embaixador apresentou ainda as Cartas Credenciais em Paris, Madrid, Oslo e Reiquejavique.

2.1.2. Estrutura e Organização dos serviços e sua evolução

A primeira estrutura organizacional, experimentada em janeiro de 1976, dividia-se em três áreas fundamentais: chancelaria diplomática, secção consular e secção administrativa comercial. Nessa altura, havia acumulação de funções diretivas de todos os responsáveis, incluindo o Embaixador.



Figura 1: Primeiro Organograma da EMBCV

Dado ao volume de trabalho registado, houve necessidade de uma reestruturação na orgânica da Missão. Introduziu-se um departamento para cuidar dos assuntos no âmbito da Cooperação bilateral com Portugal e também um exclusivamente virado para os assuntos de informação e de protocolo, para um estreito relacionamento com os *media*, para manter o Governo de Cabo Verde ao corrente dos eventos políticos, económicos, sociais e culturais portugueses mais significativos e para o apoio protocolar da entidades Cabo-verdianas em trânsito por Lisboa.

Portanto, nos finais do ano de 1976, a estrutura organizacional passou a ter o seguinte organograma:

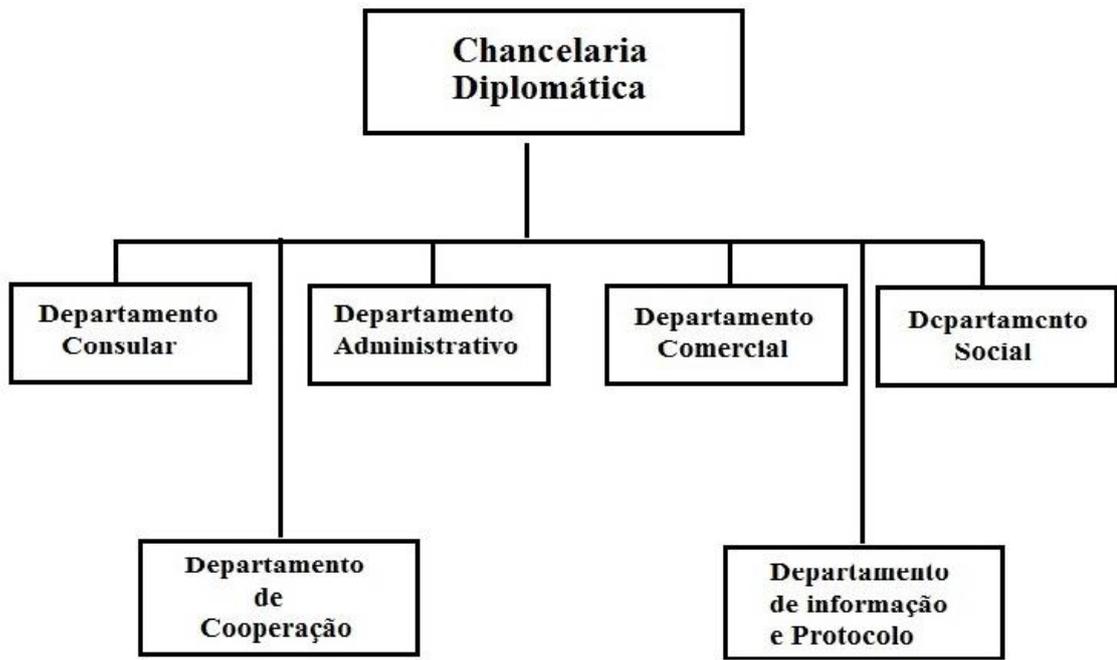


Figura 2: Segundo Organograma da EMBCV

Pensando num melhoramento contínuo da EMBCV, com aparecimento de novas necessidades, foi necessário introduzir mais serviços para melhor apoiar a comunidade. No esquema abaixo, podemos ver as adequações introduzidas nos serviços, em finais do ano de 1980.

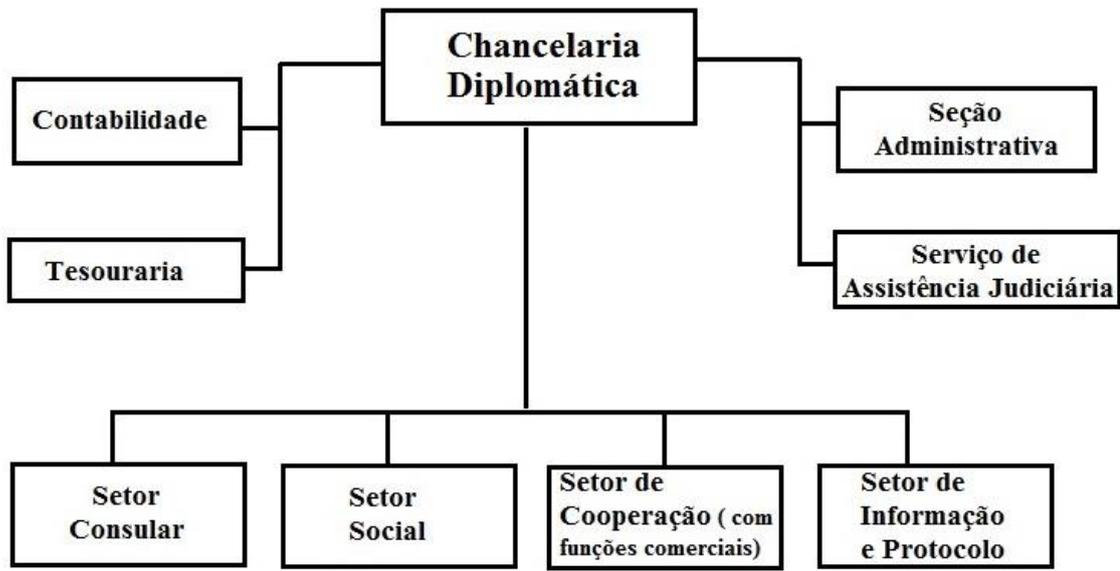


Figura 3 : Terceiro Organograma da EMBCV

A estrutura atual é a que se segue:

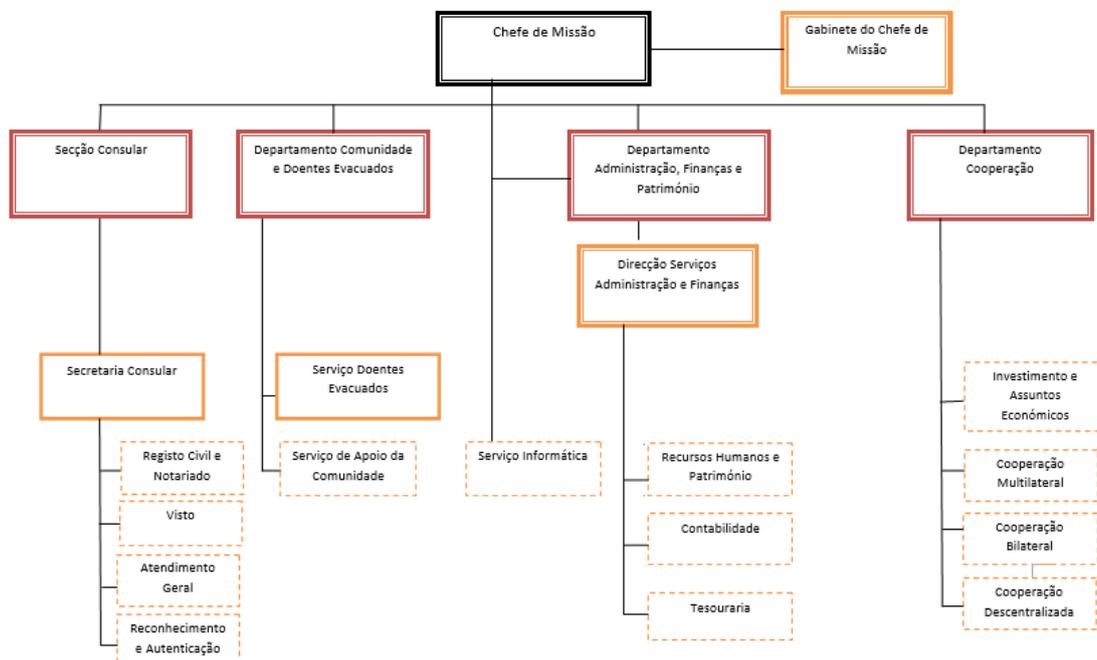


Figura 4: Organograma atual

2.1.3. Departamentos e Serviços da EMBCV

A EMBCV está estruturada e organizada em vários serviços, direcionadas cada um para uma determinada área: Gabinete do Chefe de Missão, Secção Consular, Departamento da Comunidade e Doentes Evacuados, Departamento de Administração, Finanças e Património e Departamento de Cooperação.

Os departamentos são coordenados por diplomatas designados mediante despacho do Chefe da Missão, enviados pelo MIREX. Em alguns casos, quando o MIREX não dispõe de pessoal com formação e perfil adequado, o Departamento de Administração, Finanças e Património poderá ser coordenado por quadros superiores da Administração Central com formação e experiência relevantes, colocados no exterior. Tanto os diplomatas como os quadros superiores são enviados por um período mínimo de dois anos, renováveis por igual período de tempo.

Gabinete do Chefe de Missão

O Gabinete desempenha funções idênticas às dos gabinetes dos membros do governo, tais como as funções político-diplomáticos, político-jurídicos e de cooperação, bem como a supervisão dos outros departamentos. Faz parte ainda do Gabinete do Chefe de Missão o serviço protocolar.

Secção Consular

A Secção Consular da EMBCV é o Serviço que tem a seu cargo os atos de proteção consular, de entre os quais se salientam a assistência necessária e possível às pessoas singulares e coletivas cabo-verdianas no estrangeiro, nos termos das leis nacionais e estrangeiras em vigor, de acordo com o direito Internacional.

Alén disso, tem ainda como missão aprovar os pedidos de visto para os cidadãos estrangeiros que dele necessitem para se deslocarem a Cabo Verde.

Departamento da Comunidade e Doentes Evacuados

Faz parte deste departamento a direção dos Serviços dos Assuntos da Comunidade¹⁰ e dos Serviços de Doentes Evacuados.¹¹

Departamento Administração, Finanças e Património

Este departamento assegura a gestão das despesas e a elaboração das contas de gerência. Faz parte deste departamento o Serviço de Recursos Humanos e Património e de Contabilidade e Tesouraria.

Departamento de Cooperação

Este departamento trata dos assuntos ligados à Cooperação Bilateral, à Cooperação Multilateral e à Cooperação Descentralizada, nomeadamente os acordos ligados ao ensino superior, à formação profissional, à CPLP e os investimentos e assuntos económicos.

¹⁰ Está direcionada para os assuntos que dizem respeito à comunidade Cabo-verdiana em Portugal, nas mais diversas áreas.

¹¹ Está direcionada para trabalhar com os doentes evacuados, ao abrigo do acordo na área da saúde entre Portugal e Cabo Verde. Tem a função de receber e acompanhar os doentes desde a sua chegada até ao regresso a Cabo Verde.

Capítulo 3

Neste capítulo, serão abordados mais profundamente os departamentos e os serviços em que tive a oportunidade de trabalhar.

Durante o estágio segui o exemplo do Ciclo de Projeto para desenvolver algumas das atividades.

Ciclo de Projeto¹²

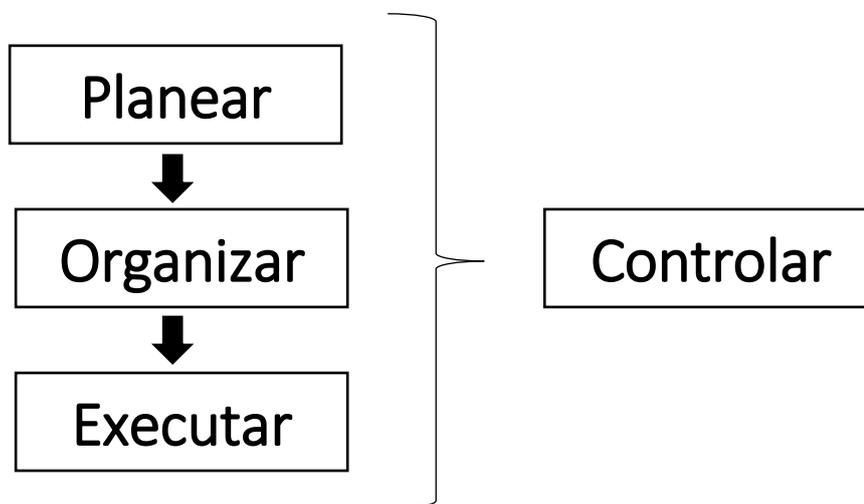


Figura 5: Ciclo do projeto

Para melhor planejar, organizar, executar e controlar um projeto, nós devemos dividi-lo em fases, que vão desde o planejamento à execução.

Planear

Nesta fase, devemos saber o que fazer, por onde ir, o porquê do que se faz e o tempo previsível para se concretizar o projeto e atingir os resultados esperados.

¹² Matéria lecionada nas aulas da Unidade Curricular Novas Formas de Negócios, da Licenciatura em LRE (2.º semestre de 2010/2011).

Organizar

Nesta fase, devemos decidir como fazer, como dividir as tarefas e como as distribuir pelos restantes membros da equipa.

Executar

Nesta fase começa a implementação do que foi planeado para se alcançar os objetivos esperados.

Controlar

Controlar é saber observar se o que foi planeado se adequa ao que foi estabelecido na fase de planeamento. Convém sempre fazer o controlo em todas as fases de desenvolvimento do projeto, para ir introduzindo as necessárias correções.

Ao longo do meu estágio, sempre que concluía uma tarefa ou atividade entregava um relatório ao Responsável pela atividade.

3.1. Departamentos de estágio e as tarefas executadas

Apresentei-me na Embaixada da República de Cabo Verde em Lisboa, no dia 11 de novembro de 2013, na sequência do protocolo de cooperação assinado pela Universidade de Aveiro e pela Embaixada. Fui recebida pelo Conselheiro Elias Lopes Andrade, coordenador do departamento de cooperação e meu supervisor na entidade de acolhimento, que me fez uma resenha da Embaixada e da suas funções, mormente no que concerne à cooperação.

O meu estágio decorreu no Departamento de Cooperação, mas também tive a oportunidade de participar em algumas atividades do Serviço dos Assuntos da Comunidade e do Protocolo.

De salientar que a cooperação levada a cabo pela Embaixada de Cabo Verde, com base nas competências que lhe são inerentes e nas instruções recebidas dos serviços centrais, tem duas vertentes:

- a) Bilateral – a que incorpora todo o quadro de cooperação entre Cabo Verde e Portugal;
- b) Multilateral – a que se desencadeia no seio da CPLP (uma vez que a Embaixada de Cabo Verde está igualmente é acreditada junto à CPLP).

3.1.1. Cooperação Bilateral entre Portugal e Cabo Verde

A Cooperação Bilateral entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde teve início nos primórdios da independência deste país africano.

Atualmente, a Cooperação Bilateral é regida pelo Tratado de Amizade entre os dois países, assinado em Lisboa, em 9 de Junho de 2010.

Este Tratado tem por base os laços históricos e culturais profundos existentes entre os dois povos, que deixaram marcas significativas na história de ambos os Estados.

No sentido de elevar o grau de relacionamento já existente para um outro nível mais ambicioso no âmbito da política, ou seja, uma parceria estratégica que seja compatível com as gerações futuras, entre outras coisas, os dois Estados acordaram em atuar em vários planos que passo a expor.

Relações políticas bilaterais

A Cooperação e a concertação política servem para consolidar os laços de cooperação entre as partes, através de diferentes encontros e reuniões:

– Cimeiras bienais, ao nível de chefes de governo, feitas alternadamente nos dois países. Na II Cimeira, que se realizou nos dias 1 e 2 de dezembro de 2012, no Mindelo, copresidida pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, e pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, foram discutidos assuntos no domínio da defesa e segurança, da cultura da cooperação económico-empresarial, da educação e ensino superior, da saúde, das migrações e das finanças;

– Reuniões dos responsáveis pela política externa de ambos os Estados, realizadas anualmente e, alternadamente, nos dois países;

– Visitas recíprocas dos membros dos poderes constituídos de ambos os Estados;

– Reuniões de consulta política entre altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde;

– Reuniões da Comissão permanente criada por este Tratado.

Relações de cooperação

São vários os níveis de relações de cooperação:

- Cooperação económica e financeira;
- Cooperação no domínio da língua portuguesa;

- Cooperação nas áreas da educação, ciência, tecnologia e ensino superior, cultura, juventude, desporto e meios de comunicação social;
- Cooperação nas áreas do Ambiente, do ordenamento do território, da habitação e cadastro, da defesa, da boa governação, da modernização administrativa e tecnologias de informação e da Administração interna;
- Cooperação para o desenvolvimento.

Comissão permanente

A Comissão permanente é a comissão luso-cabo-verdiana para acompanhar a execução do presente Tratado de Cooperação. É composta por altos funcionários designados pelo MNE de Portugal e pelo MIREX de Cabo Verde, em número não superior a cinco por cada parte. A Presidência da comissão permanente é assegurada, em alternância anual, pelos Chefes das delegações de ambos os Estados;

A Comissão reúne-se uma vez por ano no país que está na presidência e pode ser convocada por iniciativa de cada uma das partes. Tem como competências:

- acompanhar a execução do presente Tratado;
- analisar as dificuldades ou divergências surgidas na sua interpretação ou aplicação;
- propor as medidas adequadas para a solução dessas dificuldades;
- sugerir modificações tendentes a aperfeiçoar a realização dos objetivos deste instrumento.

Refira-se ainda que a Comissão tem Subcomissões que têm como função analisar questões relativas a áreas específicas.

Entre Portugal e Cabo Verde são vários os acordos e protocolos de cooperação:

- Acordo de Cooperação entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa no Domínio da Defesa;
- Acordo de Revisão da Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa;
- Protocolo de Cooperação relativo às Operações de Busca e Salvamento Aéreo;
- Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa;
- Protocolo de Cooperação no Domínio da Saúde;
- Protocolo de Cooperação no Domínio da Energia;
- Protocolo de Cooperação no Âmbito da Investigação Científica e do Ensino Superior;

- Protocolo de Cooperação no Âmbito da Ciência e Tecnologia;
- Protocolo de Cooperação para a Criação da Escola Portuguesa de Cabo Verde;
- Protocolo de Cooperação entre a Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimento e a Agência Internacional para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

3.1.2. Departamento dos estudantes do ensino superior

O departamento dos estudantes do ensino superior é o departamento da EMBCV que trata dos assuntos dos estudantes cabo-verdianos que vêm estudar para este nível de ensino, no âmbito da cooperação da República de Cabo Verde e da República de Portugal.

Compete ao departamento fazer:

- a) a emissão de declarações¹³ para renovação de vistos de estudo, inscrição/renovação de inscrição no Centro de Saúde, condição de bolseiro/não bolseiro, isenção alfandegária¹⁴, isenção de emolumentos, condições de acesso, pedido de visto em outras embaixadas;
- b) a preparação mensal das folhas de pagamento das bolsas de estudo;
- c) a gestão dos processos individuais: ingresso; renovação; propinas; bolsas;
- d) a atualização da lista dos bolseiros para efeito de pagamento das propinas;
- e) a receção dos caloiros;
- f) o contacto com instituições cabo-verdianas e portuguesas;
- g) a recolha e fornecimento de informações para trabalhos escolares;
- h) visitas a estabelecimentos de ensino e encontros com estudantes;
- i) o tratamento da correspondência destinada ao Serviço;
- j) o atendimento telefónico e presencial diário.

¹³ Estas declarações podem ser solicitadas presencialmente, através de correio eletrónico, por fax ou carta.

¹⁴ Para os finalistas que regressam à Cabo Verde (bolseiros e não bolseiros) transportarem os seus pertences com benefícios alfandegários, sendo em redução ou isenção das taxas cobradas no destino. Para essa declaração é necessária a apresentação da lista dos bens e do certificado de fim de curso. Podem fazer parte da listagem todos os bens materiais adquiridos ao longo da formação, exceto veículos automóveis e motorizados.

A) Ingresso dos estudantes Cabo-verdianos no ensino superior em Portugal

O gráfico a seguir mostra a evolução do ingresso dos estudantes cabo-verdianos no Ensino Superior Português, nos últimos quatro anos.

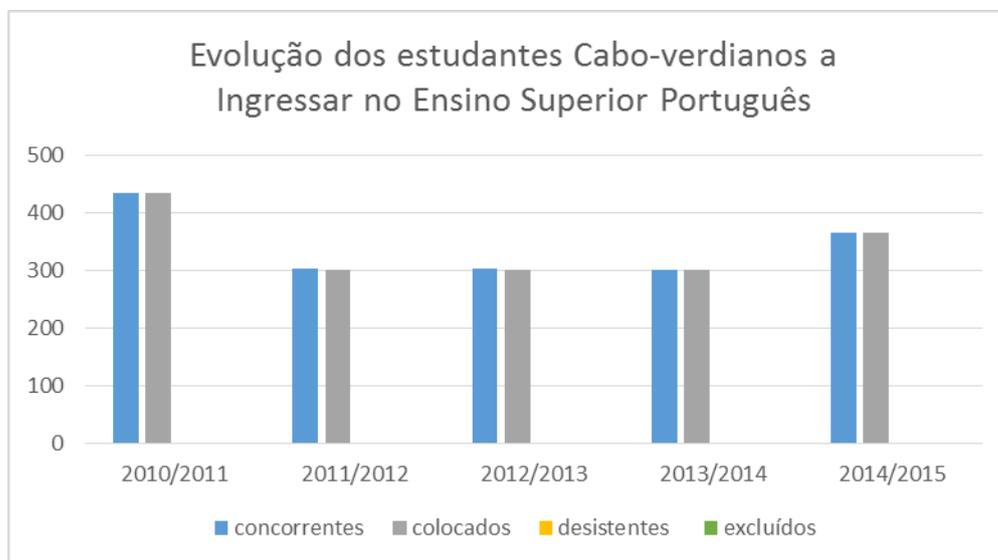


Figura 6: Gráfico da evolução dos estudantes cabo-verdianos que ingressam no ensino superior português

Há um longo processo antes de os estudantes se apresentarem no Departamento de Estudante. Todos os anos, para se preparar o ingresso no ano letivo seguinte, é feita uma reunião paritária com elementos da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e da Direção Geral do Ensino Superior de Cabo Verde (DGESC), com o objetivo de tomar decisões sobre as vagas e bolsas de estudo e fazer o balanço do ano anterior.

Os alunos cabo-verdianos para poderem concorrer a uma vaga ou a uma bolsa devem cumprir alguns requisitos, tais como, ter terminado o 3.º ciclo com média igual ou superior a 14 valores, ficando isentos da prova de acesso. Esses são os alunos que entram no ensino superior, através do regime especial. Há, porém, alunos que vêm diretamente para as universidades privadas por conta própria (Universidades Católica, Lusófona...).

A EMBCV recebe os processos dos alunos do regime especial no mês de julho, provenientes da DGESC. Depois de aprovados, os processos seguem para Direção Geral da Educação (DGE) para reconhecimento das equivalências. Concedidas as equivalências, os processos são enviados para EMBCV que, por sua vez, os envia para a DGES que coloca os os alunos no curso e na universidade pretendidos.

De seguida, a DGES entrega a lista de colocações à DGESC para publicitação. Findo este processo, os estudantes começam a chegar ao Departamento de Estudantes da EMBCV para fazerem as suas inscrições consulares e serem cadastrados no serviço. Chegados á universidade onde foram colocados, os estudantes devem enviar a certidão de matrícula, o NIB e o plano de estudos.¹⁵

B) Organização e atualização dos processos estudantis

Quando cheguei ao Departamento do Estudante, em novembro, estava-se já na fase de gestão dos processos individuais. A fase de ingresso, que acontece normalmente nos meses de setembro e outubro, já estava concluída. Comecei, então, por organizar os processos individuais dos bolseiros, criando pastas para os novos bolseiros, atualizando as pastas dos que renovavam bolsa (com o boletim da renovação devidamente preenchido, a certidão de matrícula e a certidão de aproveitamento com as cadeiras discriminadas) e enviando para o arquivo-morto as pastas dos alunos que tinham terminado o seu curso ou tinham perdido o estatuto de bolseiros.

Para não perderem a bolsa, os alunos terão de ter aproveitamento. Para manterem a bolsa e a propina de Cabo Verde, terão de ter aproveitamento de 75% dos ECTS¹⁶. Para manterem a bolsa de Portugal, terão de ter aproveitamento a pelo menos 60% dos ECTS, se estiver inscrito em 60 ou mais créditos ($NC \cdot 0.6$, se $NC \geq 60$). Se estiver inscrito em mais de 36 e menos de 60 ECTS, deve ter aproveitamento em 36% das unidades curriculares. Se estiver inscrito em menos de 36 ECTS, tem de fazer a totalidade das unidades curriculares.

¹⁵ Registe-se que existem bolseiros que arcam com o valor da propina e bolseiros com propinas pagas por Portugal ou pela FICASE. Este organismo é um instituto público, integrado na Administração indireta do Estado, com a natureza de fundação pública, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É o primeiro instituto público na modalidade de fundação pública, na história de Cabo Verde. Tem por missão o desenvolvimento de ações que visem uma política de incentivos à escolaridade obrigatória, a promoção do sucesso escolar e o estímulo aos estudantes que manifestem maior interesse e capacidades para o prosseguimento de estudos (ver em <http://www.ficase.cv/>).

¹⁶ ECTS é a sigla inglesa do Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos, criado no âmbito do programa Erasmus, com o objetivo de promover o reconhecimento académico dos estudos efetuados no estrangeiro (ver em <http://www.ua.pt/ensino/PageText.aspx?id=17823>).

C) Atualização da folha de pagamentos das bolsas

No portal “porton di nos ilha”, existe uma base de dados que a FICASE e o Departamento do Estudante utilizam para a atualização dos bolsheiros e para o lançamento do pagamento das bolsas.

Quando cheguei, esse lançamento estava por fazer havia dois anos. Os dados estavam em papel e em folhas de Excel, mas não no portal. Assim, foi-me incumbida a tarefa de fazer a atualização da plataforma, que consistiu em cruzar os dados que estavam na folha Excel com a lista dos nomes e dos valores pagos que se encontravam no portal. Este processo não foi simples, por causa de um erro no sistema que teve de ser reportado aos serviços do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI). Solucionado o problema, prossegui com o processo de atualização dos dados, detendo-me, porém, no início do ano letivo de 2013/2014, uma vez que o erro voltou a ocorrer e teve de ser reportado novamente ao NOSI.

D) Introdução de informações no Portal *Porton di nos ilha*¹⁷

Este processo, além de útil para identificação de cada estudante, é indispensável para uma boa organização e funcionamento dos serviços.

No meu estágio, fui incumbida, entre outras tarefas, de introduzir no Portal informações de âmbito pessoal, curricular, e bancário dos estudantes bolsheiros de Cabo Verde. Comecei por identificar os novos bolsheiros ainda não introduzidos, cruzando os dados existente no portal com a lista em formato papel dos novos bolsheiros. Como anteriormente já tinha organizado o processo individual dos novos alunos, foi mais fácil atualizar os dados no portal. Tive de preencher campos relativos a Cabo Verde (nome da Escola Secundaria frequentada e a morada de Cabo Verde) e os dados do aluno em Portugal (endereço, contactos telefónicos e e universidade frequentada). Digitalizei o número de identificação bancária (NIB) e anexei na ficha. Por fim, identificava o curso do aluno e a sua estrutura (licenciatura + mestrado ou mestrado integrado) e calculava o período estimado para a conclusão do curso, preenchendo o campo destinado a este efeito.¹⁸

¹⁷ O portal "*Porton di nos ilha*" é um instrumento de relacionamento da Administração Pública cabo-verdiana com os seus utentes. A partir desta única interface, cidadãos e empresas podem, de forma segura, simples e rápida, obter informações, interagir e efetuar transações com diversos serviços da Administração Pública (Fonte: <http://www.nosi.cv/>).

¹⁸ Nos anexos, pode ver-se os dados que têm de ser preenchidos e uma ficha do aluno completa.

E) Emissão de declarações para fins diversos

Diariamente recebíamos, via correio eletrónico (estudantes@embcv.pt), pedidos de estudantes para emitirmos e enviarmos declarações para fins diversos. A Dr.^a Célia reencaminhava-me os pedidos para que preenchesse e imprimisse, de acordo com as minutas específicas para cada um dos casos. Depois de ter a assinatura da pessoa competente, digitalizava o documento (no caso de ter sido solicitado o envio via correio eletrónico) e anexava a declaração no processo individual. No caso de envio por correio, anexava uma cópia da declaração no processo individual do aluno.

Quando se tratava de uma declaração de bolsa, tinha de consultar o processo, porque, como já mencionei anteriormente, temos bolsiros com pagamentos de propinas feitas por Portugal e pela FICASE (Cabo Verde) e ainda bolsiros que têm a seu cargo o pagamento da propina. De acordo com cada um destes casos, emitia uma declaração diferente.

Os alunos finalistas, quando regressam a Cabo Verde, costumam solicitar uma declaração de isenção alfandegária. Para darmos seguimento ao pedido, é necessário que enviem o certificado de conclusão, a data prevista de regresso e o que pretendem enviar para Cabo Verde. Tendo isso, preenchamos a minuta e procedemos à sua impressão, assinatura e digitalização, enviando-a por e-mail ou por correio. Por fim, anexamos cópia do documento na pasta das isenções alfandegárias.

F) Processos pendentes de renovação da bolsa

Havia alguns processos de alunos que se encontravam em análise. Por indicação da Dr.^a Célia, distribuí os processos por dois grupos:

- a) o dos alunos que já tinham perdido a bolsa ou já tinham terminado a formação,
- b) e o dos que aguardavam a renovação de bolsa e de propina

No primeiro caso, tive de inserir os nomes e alguns dados necessários no arquivo de ex-bolsiros (tais como, curso, data da última mensalidade e um ou outro comentário relevante) e enviar tudo para o arquivo-morto.

Para o segundo caso fiz quatro propostas de resposta para serem enviadas por e-mail: um para os alunos que tinham obtido a renovação total da bolsa; outro para os que, devido aos resultados escolares, haviam perdido o direito ao pagamento da propina; um terceiro para os

que haviam perdido o direito à bolsa; e um último para os que, tendo visto a sua bolsa aprovada pelo governo de Cabo Verde, perderam o apoio de Portugal.

Feitas as correções às minhas propostas de texto, enviei os e-mails e anexei uma cópia no processo de cada aluno.

G) Elaboração de Carta de agradecimento

Na sequência do apoio concedido pelo Instituto Superior de Gestão Bancária a dois alunos cabo-verdianos, solicitado pela EMBCV, tive de elaborar uma carta de agradecimento, que, depois de aprovada pela Dr.^a Célaí, foi enviada por correio para a referida entidade.

3.2. Visita do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde

Aquando da visita do Senhor Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, integrei a comitiva que o acompanhou a reuniões e eventos como o “8º Seminário internacional da RDP África”. Este Seminário Internacional teve como tema “O Ensino Superior e a Formação Profissional em África” e realizou-se no Auditório Agostinho da Silva, na Universidade Lusófona, no dia 1 de abril de 2014.

Foram oradores principais António Correia e Silva (Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde), Joaquim Azevedo (Professor da Universidade Católica Portuguesa) e Tito Fernandes (Professor da Universidade Lúrio, de Moçambique). Deste debate, moderado por Jorge Gonçalves, da RDP, ficaram algumas sugestões como a necessidade de se articular a educação com as exigências da sociedade, de se valorizar as especificidades culturais (enfatizando a importância da valorização da língua) e de se adaptar o modelo de educação à realidade do país.

Ao concluir, o painel sublinhou ainda a necessidade premente de se apostar mais na investigação e na inovação, em África, deixando no ar a seguinte reflexão: “será que só as nações fortes poderão fazer ciência ou será a ciência que as deixam fortes?”

3.2.1. Reunião do Senhor Ministro com os representantes das associações de estudantes

Um dos propósitos da Visita do Senhor Ministro foi reunir-se com os representantes das Associações de Estudantes de Cabo Verde em Portugal, com o objetivo de auscultar os seus problemas e de encontrar uma solução para os mesmos.

Coube-me a tarefa de organizar, com outros elementos da Embaixada, esse encontro. Começamos por enviar uma mensagem de correio eletrónico para as diferentes Associações. Ao verificarmos a falta de adesão ao convite endereçado, concluímos que a base de dados deveria estar desatualizada. Decidimos, então, fazer contactos telefónicos individuais, pedindo que transmitissem a convocatória a amigos e conhecidos. Com isso, conseguimos um número significativo de confirmações, que nos permitiu, desde logo, uma atualização da base de dados.

Como o custo do transporte ficou a cargo do ministério, tivemos de preparar uma ficha para pagamento que entregamos na tesouraria, com o preço das viagens dos representantes das associações que não eram de Lisboa.

A reunião foi muito participada e produtiva. No final, ficou acordado que seria formado um grupo de trabalho com alguns representantes, que elaborariam um documento com os problemas e as soluções propostas. Ficou também combinado que as associações deveriam enviar anualmente para a EMBCV os seus contactos, para que a base de dados estivesse sempre atualizada.

3.3. Fazer uma Nota Verbal¹⁹

Na sequência da decisão do Governo de Cabo Verde de que a designação oficial “Cabo Verde” não deveria ser traduzida em todas as correspondências oficiais, a EMBCV teve de informar da decisão do Governo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, às Missões Diplomáticas e Consulares, às Organizações Internacionais e às Fundações acreditadas em Lisboa.

Solicitaram-me que apresentasse uma proposta de nota verbal para ser enviada para estes organismos. De imediato, procurei informar-me sobre o que era nota verbal e qual a sua estrutura.

Elaborei a eferida nota, baseada no que havia pesquisado, e enviei-a ao responsável pelo assunto, para que procedesse às devidas alterações e correções. Por fim, entreguei a nota à secretária do Gabinete do Chefe da Missão, para que procedesse ao seu envio.

¹⁹ É a forma de comunicação mais usada entre os serviços diplomáticos. Ficou com esse nome, porque, antigamente, após um contato pessoal, a entrega de um texto consagrava aquilo que fora dito.

3.4. Cooperação Multilateral

3.4.1. Papel do Serviço da Cooperação na CPLP

A EMBCV faz o acompanhamento da participação de Cabo Verde nos trabalhos da CPLP.

3.4.2. Reunião na sede da CPLP para organização da campanha “Juntos contra a fome”

Durante o estágio, tive oportunidade de acompanhar a Técnica do Serviço da Cooperação e de participar numa das reuniões realizadas na sede da CPLP. Sendo um dos Objetivos do Milénio da ONU acabar com a fome e a miséria, a CPLP decidiu organizar uma campanha com o lema “Juntos contra a fome”, formando um grupo de trabalho que ira tratar da parte prática do projeto, em que participei.

O grupo de trabalho reuniu-se com os representantes da Embaixadas dos Estados membros para tomarem decisões sobre a campanha, acabando por selecionar cerca de 600 organizações que poderiam apoiar a campanha e que seriam convidadas para um pequeno-almoço na sede da CPLP para explicar melhor em que consistia a campanha. Os critérios utilizados para essa escolha foram os seguintes:

- a) serem organizações com sede em Portugal e com interesse nos Estados membros da União Europeia;
- b) serem instituições ou organismos que atuassem na área de interesse da campanha;
- c) serem empresas com um volume significativo de transações.

O ponto seguinte da ordem de trabalhos apreciou-se a carta proposta a enviar às organizações e verificou-se se estava de acordo com os objetivos da campanha; selecionou-se, de entre as organizações propostas, aquelas às quais deveriam ser dirigidos convites para o pequeno-almoço; e discutiu-se quais as informações a serem disponibilizadas nesse encontro com as organizações selecionadas.

De seguida, foram distribuídos para os presentes:

- a) a carta de cativação;
- b) a lista com seis boas razões para apoiar essa iniciativa;
- c) o guião para o pequeno-almoço.

Depois de algumas alterações aos textos produzidos, ficou acordado que deveriam ser feitos *flyers* para serem enviados juntamente com a carta-convite. Como, na opinião da representante do grupo de trabalho, isso obrigava à contratação de uma pessoa, sugeri que, para se evitar esses custos, se usasse uma ferramenta do Microsoft Office, a Microsoft Publisher²⁰, útil para a conceção dos flyers.

Ficou também decidido que os representantes presentes teriam de identificar cinco nomes de pessoas famosas do respetivo país, residentes em Portugal, contactá-las e perguntar se estariam interessadas em dar a cara pela campanha. Também seria necessário organizar um grupo de coordenação local (nas capitais de cada estado-membro), para apoiar essa campanha no terreno.

3.4.3. Conferência “Governo eletrónico”

Esta 1.^a Conferência, subordinada ao tema "Governação Inteligente para Liderar o Futuro", foi organizada pela CPLP, pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) e teve lugar no dia 29 de novembro de 2013, no auditório da Torre do Tombo.

Esta conferência teve como objetivos possibilitar um espaço de discussão e diálogo à volta do governo eletrónico, estimular a partilha de experiências e promover o surgimento de novos projetos conjuntos entre os diversos Estados-membros.

Estiveram presentes representantes governamentais dos países da CPLP, que apresentaram e partilharam as boas práticas implementadas ou por implementar nos respetivos países.

3.5. Confederação empresarial da CPLP (CE-CPLP)

A Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), fundada no dia 4 de julho de 2004, é uma organização que tem por objetivo o

²⁰ Este é o editor mais usado para criar todo o tipo de publicações, como revistas, impressos e jornais.

desenvolvimento da cooperação entre estruturas de representação associativa dos países-membros da CPLP, de modo a criar as condições para o desenvolvimento de negócios no quadro dos espaços económicos onde estão inseridos.

A CE-CPLP tem desenvolvido a sua atividade em quatro setores de atividade (Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços), tendo como principais objetivos a criação de novas oportunidades de negócios e o desenvolvimento do empresariado dentro do espaço da CPLP.

3.5.1. Reunião para organizar a I Edição “Saberes e sabores da CPLP”

A Embaixada da Republica de Cabo Verde em Lisboa recebeu o convite para participar numa reunião na Confederação empresarial da CPLP (CE-CPLP). Essa reunião, em que estive presente, no dia 21 de novembro de 2013, teve como objetivo dar a conhecer aos países membros da CPLP e também aos países observadores (Guiné Equatorial e Senegal) a intenção de promover a I edição de mostra dos saberes e sabores da CPLP, que viria a acontecer nos dias 13,14 e 15 de dezembro de 2013.

A Embaixada deveria participar com artistas nacionais das mais variadas áreas. O objetivo era divulgar a cultura e o empresariado da CPLP, sensibilizando a sociedade para a sua importância.

A fim de preparar este evento, fui incumbida, com outros elementos da Embaixada, contactar os nossos artistas (artistas plásticos, músicos, artesãos, entre outros), de escolher os artigos que iríamos expor para venda e de elaborar uma tabela com as quantidades e os preços desses artigos.

Como seria uma mostra não só dos sabores, mas também dos saberes, aproveitamos para fazer uma exposição sobre a candidatura da morna como património imaterial da humanidade, organizando uma petição para apoiar a candidatura, com recolha de assinaturas.

O evento teve uma grande adesão de público e contou com a presença dos países da CPLP e de um país convidado, Marrocos.

3.6. Cooperação descentralizada

Faz parte dos serviços da Cooperação descentralizada cuidar dos seguintes assuntos:

a) Relação entre as câmaras de Cabo Verde e Portugal (poder local);

Em Cabo Verde, as câmaras são responsáveis pela formação profissional dos alunos, senda da sua responsabilidade também enviar os alunos cabo-verdianos para virem estudar em Portugal.

b) Investimento e assuntos económicos.

Neste domínio, a cooperação descentralizada promove o país, com o intuito de atrair investimentos, mostrando aos parceiros porque devem investir em Cabo Verde.

Existem alguns documentos que são fornecidos aos investidores interessados em ir a Cabo Verde:

- Código de benefícios fiscais;
- Lei do investidor externo;
- Lei de investimento de Cabo Verde;
- Textos promocionais sobre como investir em Cabo Verde.

Para outras informações, a EMBCV convida os investidores a consultarem o “porton di nos Ilha”, com informações úteis sobre Cabo Verde, ou encaminha-os para instituições, tais como:

- Câmara do Comércio, Indústria e Turismo de Portugal/Cabo Verde, situada em Portugal;
- Câmara de Comércio de Sotavento e Câmara de Comércio de Barlavento, situada em Cabo Verde;
- Cabo Verde investimento.

3.6.1. Portugal exportador 2013 (8.ª edição)

O fórum Portugal Exportador decorreu no dia 27 de novembro de 2013, no Centro de Congressos de Lisboa. Teve como organizadores a Fundação AIP, a AIP/CCI, o BES e a AICEP, com o apoio da CIP e da AEP.

Esta iniciativa pretendia que o expositor assegurasse às empresas visitantes o esclarecimento de questões sobre os respetivos serviços, proporcionando-lhes a oportunidade de assistir a workshops de mercado, de participar nos Cafés Temáticos e de ter um apoio de consultoria na área de mercados, a fim de saberem como aceder a empréstimos e serviços de

financiamento estruturado e a financiamentos para realização de estudos de viabilidade de investimentos nos países de interesse.

A sessão de abertura foi dinamizada por António Souto (Administrador da BES), Paulo Portas (Vice Primeiro Ministro), Pedro Reis (Presidente da AICEP Portugal Global) e Jorge Rocha de Matos (Presidente da Fundação AIP e do Conselho Geral AIP-CCI).

Networking area

Cada embaixada acreditada tinha de escolher um ponto de informação. Estive na mesa da EMBCV, a distribuir folhetos com as informações que tínhamos para oferecer aos futuros investidores, tais como, “Resumo: porquê investir em Cabo Verde?”, “Venha investir connosco (resumindo os atrativos de investir em Cabo Verde)”, “Lei de investimento de Cabo Verde”.

Na nossa mesa também estava a Representante da Câmara do Comércio, Indústria e Turismo de Portugal/Cabo Verde que prestava informações sobre os serviços que prestavam os possíveis parceiros cabo-verdianos. De seguida, os interessados teriam de indicar por correio eletrónico o que pretendiam, recebendo na volta o custo do serviço. Caso as partes chegassem a acordo, dava-se início ao processo de negociação, que poderia passar pelo agendamento de uma visita a Cabo Verde, para facilitar as negociações no terreno.

No decorrer deste forum, tive a oportunidade de, por momentos, ficar sozinha e de ser responsável pela receção dos investidores. Entregava os folhetos, respondia às questões que colocavam, enquanto cidadã cabo-verdiana, conhecedora empírica do mercado cabo-verdiano.

É muito gratificante vermos pessoas interessadas em investir no nosso país e podermos contribuir com o nosso saber para que esse investimento se realize.

3.6.2. Assinatura do protocolo de cooperação entre a AICEP e a UCCLA

A Embaixada da Republica de Cabo Verde em Lisboa, foi convidada a estar presente na cerimónia da assinatura do protocolo entre a AICEP e a UCCLA. Pedro Reis, Presidente da AICEP, e Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, assinaram o protocolo, no dia 9 de janeiro de 2014, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Este protocol tem como objetivo aumentar as sinergias de ambas as entidades, nas áreas da cooperação empresarial,

avaliação de mercados-alvo e oportunidades de negócio, assim como dar apoio à seleção e estruturação de projetos que poderão vir a ser financiadas por entidade bilaterais, multilaterais ou outras.

AICEP

“A AICEP Portugal Global, E.P.E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa. Resultou da fusão, em 2007, da Agência Portuguesa para o Investimento (API) com o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP)”.

A AICEP tem como principais atribuições:

- Promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora;
- Captar investimentos estruturantes;
- Promover a imagem de Portugal, com iniciativas criadoras de valor para Portugal.

A Fundação da UCCLA

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA) foi criada a 28 de junho de 1985, em resultado de uma iniciativa do então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Krus Abecasis. Nesse dia, assinaram o ato de fundação, as cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande.

A UCCLA tem como objetivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os municípios membros, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes”.

3.7. Serviços dos assuntos da comunidade (SAC)

Estes são os serviços da EMBCV ligados aos assuntos da comunidade cabo-verdiana (incluí os Imigrantes e seus descendentes). A atuação do SAC tem em vista a plena integração e inclusão dos cabo-verdianos no país de acolhimento. Para isso, a SAC desenvolve atividades em parceria com as associações cabo-verdianas, com instituições representativas do Estado

português e com os próprios cidadãos de Cabo Verde em geral. As atividades desenvolvidas são sobretudo de caráter social e cultural.

3.7.1. Bazar internacional do corpo diplomático

Como começou?

Em Outubro de 1983, a Dr.^a Manuela Eanes, mulher do então Presidente da República, convocou a jovem Associação das Famílias dos Diplomatas Portugueses (ACDP) para um encontro. Tratava-se de dar vida a um desejo manifestado por algumas embaixatrizes estrangeiras, no sentido de ajudar as instituições portuguesas de solidariedade social. Na opinião da Dr.^a Manuela Eanes, as melhores interlocutoras para pôr de pé essa ideia eram as mulheres dos diplomatas portugueses. À semelhança do que era prática noutros países, instituía-se o BAZAR de NATAL, com a particularidade de, além de angariar fundos para fins de beneficência, divulgava o artesanato e as especialidades gastronómicas de cada país. Em menos de dois meses, um grupo pioneiro de mulheres de diplomatas portugueses, em colaboração com as embaixadas acreditadas no nosso país, deitou mãos à obra e organizou o primeiro Bazar, na FIL. A receita de dois mil contos permitiu construir o lar da Obra do Ardina.

O sucesso do primeiro bazar não deixou dúvidas acerca do que fazer a seguir. Foi deste modo que a ACDP se viu envolvida na realização anual do Bazar Internacional do Corpo Diplomático. A diretora do SAC entrou em contacto com o meu supervisor, solicitando a minha ajuda para a organização da participação da EMBCV no bazar de 2013. Com o aval do meu supervisor, comecei logo a tomar algumas providências.

Como a EMBCV já tem vindo a participar neste bazar, existe no SAC uma lista de artistas que normalmente são abordados para fornecerem artigos para o evento. Aproveitámos esses contactos, mas apenas alguns corresponderam ao apelo. É que, devido à conjuntura económica atual, muitos não tinham artigos para oferecer, por falta de material para trabalharem.

Após a recolha, comecei por fotografar os materiais recolhidos, fazendo uma listagem de todos os artigos. Depois organizei uma tabela, fazendo corresponder os produtos a cada uma dos artistas, que apareciam por ordem alfabética.

No dia anterior ao Bazar, tivemos que ir arrumar o lugar onde teríamos a nossa exposição, nos dias 22 e 23 de novembro de 2013. Organizado o espaço, participámos ativamente neste evento de beneficência, que constituiu um grande momento de interação cultural.

Como o valor angariado revertia a favor da organização, tive de organizar a contabilidade. Contabilizei os artigos vendidos e conferi o valor apurado, entregando à Diretora do SAC quer o dinheiro quer as sobras do Bazar da EMBCV.

3.7.2. Participação no *Forum* de redes da sociedade civil

A primeira edição do *Forum*, realizada a 20 e 21 de Fevereiro, no ISCTE-IUL, em Lisboa, teve como tema “Os desafios da sociedade civil portuguesa face ao atual contexto económico e social”. Contou com a participação de nove organizações: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC); Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS); Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (CPADA); Conselho Nacional da Juventude (CNJ); Cooperativo António Sérgio para a Economia Social (CASES); Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres (PPDM); Plataforma Portuguesa das ONGD e Minha Terra – Federação das Associações de Desenvolvimento Local.

Principais sessões presenciadas

Durante o *Forum*, assisti à sessão de abertura, ao primeiro plenário e a duas sessões paralelas.

Sessão de abertura

Esta sessão foi dinamizada por Luís Reto (Professor Doutor e Reitor do ISCTE-IUL), por Júlia Galvão Alinho (do Centro Regional de Informação da Nações Unidas para Europa Ocidental) e pelo representante de Comissão Organizadora do Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil.

Nesta sessão de abertura, os intervenientes pediram especial atenção para o artigo 71.º da carta das Nações Unidas²¹, que é de grande importância para a sociedade civil.

²¹ O Conselho Económico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais

A organização da sociedade civil é uma organização privada sem fins lucrativos. Serve de elo de ligação entre organizações e os cidadãos. Deve ser vista como parceira na busca de soluções para a situação atual. Tem como objetivos, promover debates, contribuir para um mercado mais justo e igualitário.

Neste *forum* foi debatido o tema da sociedade civil face ao contexto atual e os desafios das organizações face à situação atual de crise económica e social.

Primeiro Plenário: “Sociedade Civil Portuguesa: Introspeção e debate sobre uma visão de futuro”

Esta sessão, subordinada ao tema “Sociedade Civil Portuguesa: Introspeção e debate sobre uma visão de futuro”, foi dinamizada por Jorge Sampaio (Presidente da República, entre 1996 e 2006), Jan Jařab (representante Regional para a Europa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos), Tiago Fernandes (Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e Leonídio Paulo Ferreira (Diário de Notícias).

Sessões paralelas

a) Modelos de governança das organizações

Na sessão sobre “Modelos de governança das organizações” participaram Pedro Krupenski (Plataforma Portuguesa das ONGD), Margarida Prata e José Valério (Conselho Nacional de Juventude), José Caetano (Confederação Portuguesa de Associações de defesa do Ambiente) e Margarida Medina Martins (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres).

Neste painel, foram abordados alguns temas relevantes, tais como, o financiamento das ONG’s e a sua independência, a manipulação política ligada à dependência financeira das ONG’s, a necessidade de uma cultura de transparência e visibilidade do modelo de governação e a necessidade de promover uma Educação que desenvolva o voluntariado.

b) Universalidade dos direitos humanos – Realidade ou retórica?

entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso.

Esta sessão foi dinamizada por Victor Nogueira (Amnistia Internacional Portugal), Mónica Frechaut (Centro Português para os Refugiados), Olga Mariano (Associação Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas), Mamadou Ba (SOS Racismo) e José Manuel Rosendo (Antena 1).

3.7.3. Encontro de trabalho na Sede da OIM

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) fez o convite para a DSAC participar na reunião, com o objetivo de dar a conhecer os serviços que a OIM tem desenvolvido nas comunidades migrantes em Portugal, nomeadamente o Programa de Retorno Voluntário (PRV). Nessa reunião, solicitou o apoio das Embaixadas para que ajudem na solução de problemas que encontram e facilitem os pedidos de informação sobre os cidadãos, que normalmente são necessários em alguns processos.

Estiveram presentes representantes das Missões de Cabo Verde, de São Tomé Príncipe, de Moçambique, do Brasil, da Colômbia, da Ucrânia, da Geórgia e da Rússia.

A OIM tem 470 escritórios em 155 países. Em Portugal, atua nas áreas das migrações e desenvolvimento, migrações e saúde e tráfico de seres humanos. Trabalha numa abordagem global que envolve os governos de vários países: o país de acolhimento, o país de trânsito e o país de destino/origem.

Programa de apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração

O PRV começou em 1997 e o programa ARVORE IV, atualmente em curso em Portugal, é cofinanciado pelo fundo de regresso Europeu, pela OIM, pelo SEF e pela Secretária geral do Ministério da Administração Interna e tem como objetivo facilitar o retorno voluntário de pessoas ao seu país de origem ou a um país que as queira receber, exceto outro país da UE. Visa apoiar indivíduos que não tenham meios financeiros próprios para o fazer. O apoio não é imediato, devido aos procedimentos burocráticos e o prazo pode variar entre um e três meses. É um programa composto por três fases: pré-partida, transporte e pós-chegada.

Os Beneficiários são os cidadãos

- a) estrangeiros em situação regular ou irregular em PT, que não sejam familiares de cidadãos com nacionalidade de qualquer país da UE (mesmo sendo divorciado e tendo mantido a nacionalidade estrangeira);
- b) que não tenham requerido a nacionalidade portuguesa;
- c) que não tenham pendente qualquer infração ou processo criminal;
- d) que não tenham beneficiado de apoio da OIM no passado ou outra semelhante;
- e) que se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade social e que pretendam regressar ao país de origem ou outro, que não pode ser da UE.

Todos terão que devolver o título de residência no momento da partida, ficando interditos de entrar no país por um período de três anos.

Tipo de apoios concedidos

Os apoios concedidos são os seguintes:

- a) bilhete de avião;
- b) cinquenta euros para suportar despesas que podem surgir durante a viagem (“l’argent de poche”);
- c) apoio à chegada ao destino
 - reintegração no país de origem;
 - acompanhamento local onde houver parceiros ou delegações da OIM;
 - apoio para iniciar atividade, caso seja esse o desejo (elaboração de projeto, algum financiamento).

Encaminhamento

Quando o requerente não reside em Lisboa, pode ser encaminhado para uma das delegações que a OIM tem em várias cidades

A articulação com as Embaixadas e Postos Consulares é fundamental para garantir uma boa reintegração nos países de origem. A OIM privilegia o apoio destas instituições, sobretudo para a resolução de casos mais complicados, como sejam a confirmação da identidade dos cidadãos, quando estes não possuam qualquer documento de identificação, a isenção de pagamento dos custos de emissão de documentos como passaportes ou salvo-condutos.

Existe ainda a questão dos cidadãos que não são elegíveis por não se enquadrarem nas condições requeridas e para os quais a OIM conta com o apoio das Embaixadas na procura de soluções adequadas.

Estatísticas: o caso de Cabo Verde

Em 2013, os cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana representavam 5% do total dos casos recebidos pela OIM. Foram constituídos 49 processos, relativos a 56 indivíduos. Desses, 20 receberam apoio para regressar a Cabo Verde.

3.8. Protocolo

Este serviço tem a função de, em colaboração com o Gabinete da Senhora Embaixadora, Dr.^a Maria Madalena Brito Neves, preparar as reuniões, as visitas, a agenda e outras solicitações do Chefe de Missão, bem como trabalhar com diversos Serviços da Missão, sempre que for solicitado apoio protocolar e apoio logístico.

Uma das funções protocolares é garantir apoio às delegações e entidades oficiais mais representativas de Cabo Verde em viagem por Lisboa. Tal apoio compreende três fases: preparativos antes da viagem, a estadia em Lisboa e a pós-viagem.

As entidades oficiais que tem o apoio protocolar são o Presidente da República, o Presidente e os Vice-presidentes da Assembleia, o Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, os Membros do Governo, o Presidente da Câmara Municipal da Cidade da Praia e algumas entidades nacionais (por cortesia do Embaixador/a).

Essas entidades podem estar em visitas oficiais ou em trânsito por Lisboa e dividem-se em:

- a) Entidades de tipo A: Presidente da República, Presidente da Assembleia, Primeiro-ministro e Ministro das Relações com o Exterior;
- b) Entidades de tipo B: todos os restantes membros do Governo.

a) Fase de pré-viagem

O Gabinete das Entidades Nacionais comunica a vinda de uma Entidade à Direção Nacional do Protocolo do Estado de Cabo Verde, que por sua vez comunica à EMBCV, enviando o tipo de visita, o plano de viagem e a proposta de agenda.

De seguida, a EMBCV comunica ao Protocolo do Estado de Portugal a chegada da Entidade, solicitando abertura da sala das Altas Entidades do aeroporto. O Protocolo do Estado de Portugal presta assistência, de acordo com o tipo de Entidade:

- a) As entidades de tipo A têm direito à sala das Altas Entidades, a escolta policial e batedores e isenção de passar pelo Raio X;
- b) As entidades de tipo B têm direito a sala das Altas Entidades, no caso de ser uma visita oficial; consoante o nível de exigência, é atribuída escolta policial e batedores.

Num terceiro momento, procede-se à elaboração do programa pela EMBCV, pelos Gabinetes da Entidade de Cabo Verde e de Portugal, via Protocolo do Estado Português.

Em relação às viaturas, quando a passagem pelo país é de trânsito, o transporte é assegurado pela EMBCV; em visitas oficiais, é assegurado pela EMBCV e pelas Entidades Portuguesas.

O alojamento é solicitado pela EMBCV, mas o pagamento fica a cargo da própria Entidade, ao abrigo do acordo anual de tarifa especial (correspondente a um terço da tarifa do balcão):

- a) As entidades de tipo A ficam num Hotel de 5 estrelas;
- b) As entidades de tipo B ficam num Hotel de 4 estrelas.

Durante a visita oficial ou viagem de trânsito

Quando a visita é de trânsito, deve garantir-se a ligação para o voo seguinte. Nas visitas oficiais, deve acautelar-se o cumprimento do programa pré-estabelecido até ao final da viagem.

Fase pós-viagem

Depois da visita, os serviços da EMBCV devem enviar os agradecimentos às Entidades portuguesas contactadas durante a visita e fazer uma reunião de balanço sobre a visita, com a presença do Embaixador/a, Diplomata ou a Técnica que esteve a acompanhar a Entidade e o Protocolo.

Durante o meu estágio, tive a oportunidade de acompanhar a preparação de duas viagens de trânsito.

- a) A viagem de trânsito da Sua Excelência o Primeiro-ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves, no regresso da visita ao Vaticano. Foi uma curta visita de trabalho, em que a Sua Excelência o Primeiro-ministro de Cabo Verde foi recebido pela Sua Excelência o Primeiro-ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, na sua residência oficial. O encontro serviu para fazerem a preparação da III Cimeira Governamental Portugal/Cabo Verde.
- b) A viagem de trânsito da Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca. Na sequência da sua participação na IV Cimeira EU–África²², houve necessidade de preparar a viagem de trânsito. Na viagem de ida, o voo de ligação era no mesmo dia. Não teve, por isso, necessidade da estada no hotel. Na viagem de regresso, teve de passar uma noite no hotel.

²² A 4.^a Cimeira UE–África reuniu mais de 60 dirigentes da UE e da África, e um total de 90 delegações, para debater o futuro das relações UE–África e reforçar os laços entre os dois continentes. Na declaração da cimeira, os dirigentes destacaram as relações estreitas que existem entre a UE e a África e os valores partilhados da democracia, do respeito pelos direitos humanos, do Estado de direito e da boa governação, bem como o direito ao desenvolvimento (ver em <http://www.european-council.europa.eu/eu-africa-summit-2014?lang=pt>).

Reflexão crítica acerca do tema

A CPLP é uma comunidade de caráter cultural e de cooperação, abrangendo várias áreas de cooperação entre os Estados-membros, nomeadamente a segurança e defesa, direitos, liberdade e garantias, económico-empresarial, promoção e difusão da Língua portuguesa e educação. A Comunidade é constituída, na sua maioria, por países em vias de desenvolvimento.

A CPLP tem estratégias para a projeção da Língua Portuguesa no mundo, mas antes de pensar na mundialização da Língua Portuguesa, será preciso divulgar e promover a língua dentro da Comunidade. O secretário-executivo da CPLP, na Cimeira em Díli, referiu-se deste modo a esta questão: "Nem todos falam português. Estamos todos em integração. Em Angola, Moçambique, o analfabetismo é enorme. Em Timor-Leste ainda é mais gritante. O português que é de todos e não só de Portugal e é a "pedra angular" da comunidade. Os estatutos falam nisso: todos os países que adotarem a língua portuguesa podem integrar-se na CPLP".

Antes de pensar na expansão do Português como língua estrangeira (PLE), é preciso ultrapassar os obstáculos internos em relação ao estatuto da língua.

Em relação ao mais recente membro da CPLP, Guiné Equatorial, a CPLP vai ter de acompanhar este novo Estado-membro para que possa assimilar rapidamente aqueles aspetos fundamentais que constituem os princípios e valores da Comunidade, tanto ao nível do português, como também dos direitos humanos.

Reflexão crítica acerca do meu estágio curricular

A realização do estágio curricular para a conclusão do Mestrado em Línguas e Relações Empresariais, na EMBCV, foi uma experiência muito importante para concluir o meu percurso académico. Sendo a minha primeira experiência no mundo do trabalho, conheci pessoas e verifiquei que, no contexto de trabalho, é tudo muito diferente.

Aprendi muito com o conjunto de atividades executadas e, naquelas em que participei, tive também a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação universitária, nomeadamente nas unidades curriculares de Multimédia e de Línguas (nomeadamente no que concerne às técnicas de expressão). O estágio é uma preparação para o mercado de trabalho, para enfrentar os desafios de uma carreira. Aí, pude conviver mais de perto com as questões relacionadas com a diplomacia de Cabo Verde e, assim, compreender melhor este mundo muito complexo.

Como na EMBCV não existe uma estrutura organizada para receber estagiários, as agendas eram feitas semanalmente pelo meu supervisor, que indicava as tarefas que teria de executar no Departamento de Cooperação.

Por motivo de saúde, o meu supervisor teve de ausentar da EMBCV, pelo que houve necessidade de se encontrar uma solução para a continuação do meu estágio. Com a ajuda das técnicas e Diplomatas, consegui prosseguir o meu estágio, não obstante a sua pouca disponibilidade, por causa do grande volume de trabalho nesta área e da inexistência de uma programação.

O clima de amizade que encontrei na EMBCV facilitou muito a minha adaptação e contribuiu para que a experiência do estágio tivesse sido agradável. Procurei sempre corresponder às expectativas, demonstrando sempre grande vontade de aprender. Agora, esto mais informada e mais familiarizada com os assuntos relacionados com a embaixada e as suas competências. Contudo, queria ter tido a oportunidade de participar num ambiente mais empresarial, para ter a oportunidade de observar e fazer parte de negociações.

As minhas expectativas em relação a querer trabalhar de forma mais autónoma, a ter mais liberdade e a dar largas à minha imaginação e à minha criatividade ficaram aquém do esperado.

Bibliografias

- Bernardino, L & Santos, J. (2011). “A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)”. *Instituto de Defesa Nacional* 6, 20-23.
- Dicionário Diplomático* (2003). Acedido em 14 de Janeiro de 2014 em: <http://dicionariodiplomatico.blogspot.pt/2003/11/m.html>
- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. (2010). *Confederação Empresarial*. Acedido em em 8 de Janeiro de 2014, em: <http://www.cplp.org/id-396.aspx>
- Embaixada de Cabo Verde em Lisboa. Cooperação – Cooperação Multilateral* (2010). http://www.embcv.pt/conteudos_gera_sub.asp?idarea=7&idsub=69 (acedido em 20 de dezembro de 2013)
- EMBCV (2010). Cooperação - Cooperação bilateral*. Acedido em 20 de Dezembro de 2013 em: http://www.embcv.pt/conteudos_gera_sub.asp?idarea=7&idsub=70
- Guiné Equatorial já é membro de pleno direito da CPLP. *Expresso*. (23.07.2014). Acedido em 20 de Outubro de 2014 em: <http://expresso.sapo.pt/guine-equatorial-ja-e-membro-de-pleno-direito-da-cplp=f882648>
- Teyssier, Paul. (1994). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. (s.d). *Historial – A Fundação da UCCLA*. Acedido em 14 de Janeiro de 2014 em: <http://www.uccla.pt/historial>
<http://forumredesdasociedadecivil.wordpress.com/>

Anexos

Anexo n.º 1: Cerimónia da Assinatura do Ato Constitutivo – 17 de Julho de 1996 (Lisboa)



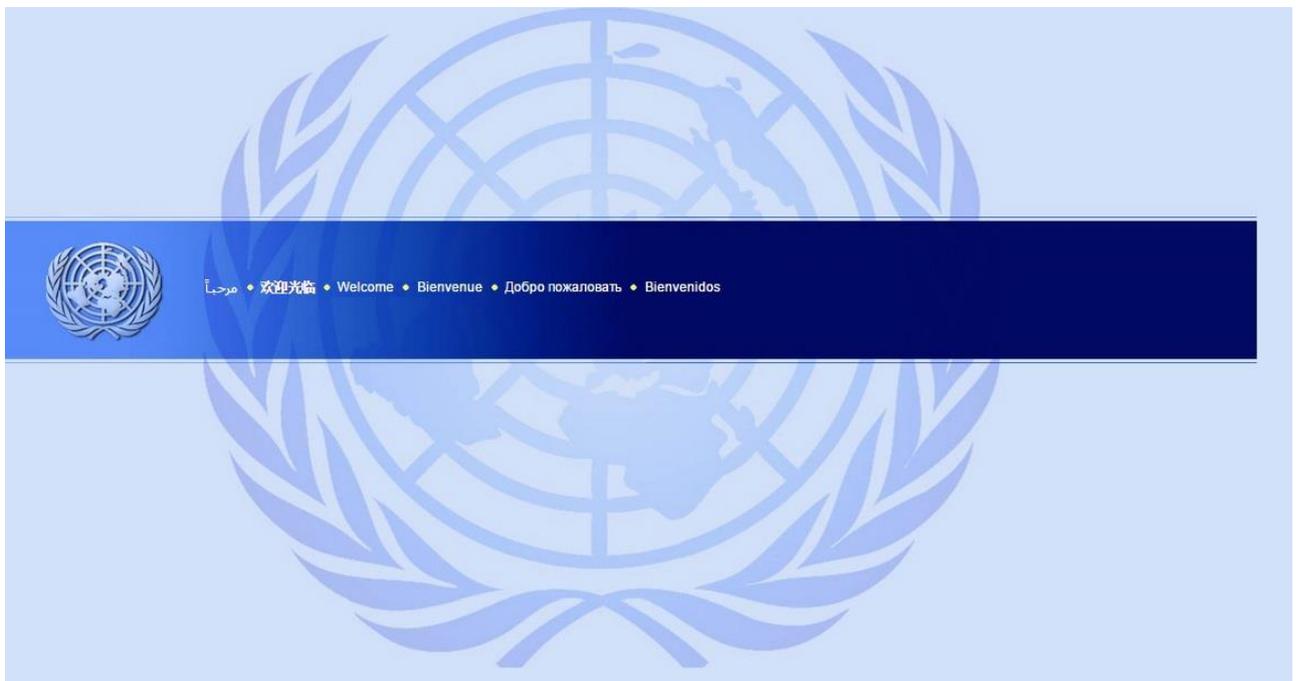
Fonte: IDN, Lisboa (Dezembro 2011)

Anexo n.º 2: Logótipo da CPLP



CPLP

Anexo n.º 3: Portal do sítio da ONU (Welcome to the United Nations – It's your World)



Fonte: <http://www.un.org/>

Anexo n.º 4: “Portal Porton di nos ilha”, vista geral

REPUBLICA DE CABO VERDE

Utilizador Password

Porton di nos ilha
Morabeza e Qualidade

Casa do Cidadão

CIDADANIA NEGÓCIOS NOS TERRA

» DESTAQUES

LANÇAMENTO DA 1ª PEDRA PARA A CONSTRUÇÃO DO TELEFÉRICO NA BRAVA
21-07-2014
O lançamento da 1ª Pedra para a construção do TELEFÉRICO de Transporte de Cargas em Lomba-Tantum/ Porto de Ferreiros na ilha Brava acontecerá na próxima terça-feira, dia 22 de Julho, pelas 10H00.
» [leia mais](#)

EMPRESÁRIOS CABO-VERDIANOS MARCAM PRESENÇA NA FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA
18-07-2014
A delegação de empresários nacionais, cerca quarenta, que vão marcar presença na Feira Internacional de Luanda reuniram-se ontem para concertar o programa
» [leia mais](#)

Arquivo »

» FAÇA-OS ONLINE

FORMULÁRIOS ELECTRÓNICOS
Preencha as declarações fiscais e efectue o Pagamento sem precisar de sair do seu lugar!

» GP010 - Imposto de Selo
» GP010 - Retenção na Fonte
»

EMPRESA NO DIA
Solte a veia empreendedor, e crie a sua Empresa num dia!

» Certificado de Admissibilidade de Firmas
» Empresa no Dia
» Expressão de Fantasia

CERTIDÕES ONLINE
Peça e receba a sua certidão ONLINE a partir de casa!

» Certidão de Dívida Fiscal
» Certidão de Nascimento
» Certidão de Casamento

» ÁREAS DE INTERESSE

» CLIPPING NACIONAL DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014 **NOVO!**
» CLIPPING INTERNACIONAL DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014 **NOVO!**
» Resultado Final Concurso DGT/MFP **NOVO!**
» CLIPPING Nacional do dia 18 de Julho de 2014 **NOVO!**
» CLIPPING Internacional do dia 18 de Julho de 2014 **NOVO!**
» Recrutamento de Auditor de Contas **NOVO!**
» Boletim Informativo da ABAP - Junho14 **NOVO!**

Outras áreas de interesse

COMO SE REGISTRAR NO PORTAL [Click aqui »»](#)

DECLARE ONLINE E PAGUE SEM FILAS
MODELO 106
FORMA SIMPLES E PRÁTICA DE CUMPRIR AS SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

CONSULTA DA SITUAÇÃO FISCAL
[CLIQUE AQUI »»](#)

DIRECÇÃO GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É GESTOR

» SUGESTÕES/RECLAMAÇÕES

» INQUÉRITOS
Como classifica o atendimento na Casa do Cidadão?

Mau

Anexo n.º 5: Introdução de informações dos bolseiros no “Portal Porton di nos ilha”

CIDADANIA
NEGÓCIOS
NOS TERRA
EMPREGO
BALCÃO CC
EDUCAÇÃO

Educação

[Registo De Chegada»](#)
[Seguimento»](#)
[Bolseiro](#)
[Conta Própria](#)
[Bolseiros Sem Renovação](#)
[Gestão Financeira»](#)
[Pagamento](#)
[Recepção De Verba](#)
[Movimentos](#)
[Conta Bancária](#)
[Gestão De Pedidos»](#)
[Gestão De Prazos»](#)
[Estatística»](#)
[Parâmetros Gerais»](#)
[Relatórios](#)

[Inf. Pessoal](#)
[Inf. Académica](#)
[Inf. Bolsa](#)
[Pedidos](#)
[Históricos](#)
[Declarações](#)
[Documentos](#)

Seguimento» Bolseiro» Contactos

Identificação

Nº BI:

Nome:

Estabelecimento:

Curso:

Endereço Habitual

Morada:

Concelho:

E-mail:

Telemóvel:

Telefone Alt.:

Endereço Académico

Morada:

País:

Localidade:

C. Postal:

E-mail:

Telemóvel:

Fax:

Telefone Alt.:

[Editar](#)

Anexo n.º 6: Introdução de informações dos bolseiros no “Portal Porton di nos ilha”

CIDADANIA
NEGÓCIOS
NOS TERRA
EMPREGO
BALCÃO CC
EDUCAÇÃO

Educação

[Registo De Chegada»](#)
[Seguimento»](#)
[Bolseiro](#)
[Conta Própria](#)
[Bolseiros Sem Renovação](#)
[Gestão Financeira»](#)
[Pagamento](#)
[Recepção De Verba](#)
[Movimentos](#)
[Conta Bancária](#)
[Gestão De Pedidos»](#)
[Gestão De Prazos»](#)
[Estatística»](#)
[Parâmetros Gerais»](#)
[Relatórios](#)

[Inf. Pessoal](#)
[Inf. Académica](#)
[Inf. Bolsa](#)
[Pedidos](#)
[Históricos](#)
[Declarações](#)
[Documentos](#)

Seguimento» Bolseiro» Identificação

Identificação

Nº BI:

Nome:

Filho(a) de:

e de:

Dt. Nascimento:

Sexo:

Estado Civil*:

Naturalidade*:


[Ficha do Aluno](#)

Informações Complementares

NIF/CPF:

Nº Ins. Consular:

Dt Entrada*:

[Editar](#)

Anexo n.º 7: Introdução de informações dos bolsеiros no “Portal Porton di nos ilha”

Casa do Cidadão

CIDADANIA NEGÓCIOS NOS TERRA EMPREGO BALCÃO CC EDUCAÇÃO

Educação

Inf. Pessoal Inf. Académica Inf. Bolsa Pedidos Históricos Declarações Documentos

Registo De Chegada»
Seguimento»
Bolsеiro
Conta Própria
Bolsеiros Sem Renovação
Gestão Financeira»
Pagamento
Recepção De Verba
Movimentos
Conta Bancária
Gestão De Pedidos»
Gestão De Prazos»
Estatística»
Parâmetros Gerais»
Relatórios

Seguimento» Bolsеiro» Informações Bolsa» Contrato

Identificação

N.º BI: 299643
Nome: ALEIDA ALEXANDRE FERNANDES SANCHES SEMEDO
Estabelecimento: UNIVERSIDADE DE AVEIRO - 300
Curso: LINGUAS E RELAÇÕES EMPRESARIAIS

Dados da Bolsa

| | | | |
|-----------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|
| Data do Contrato | 24-11-2008 | Estado * | Cancelado |
| Modalidade da Bolsa | Emprestimo | Escalação da Bolsa | PT-Escalao I - 271.84 EUR |
| Período de Renovação | Anual | Entidade Atribuidora | FICASE |
| Ent. Patrocinadora | GOVERNO DE CABO VERDE | Ent. Gestora | - Ent. Gestora - |
| Dt Início da Bolsa | 01-10-2008 | Dt Prevista Fim Bolsa | |
| Dt Início Curso | 01-10-2008 | Dt. Prevista fim Curso | 31-07-2011 |
| Reprovações | Não | Prorrogação | Não |
| Dt. Fim Bolsa | 17-08-2012 | Dt. Adiantamento | |
| Dt. Req. Bilhete | | Data Regresso | 17-08-2012 |
| Valor da Dívida (CVE) | 598,048300 | Valor Reembolsado (CVE) | 500 |

Observações

Editar

Anexo n.º 8: Ficha do aluno


República de Cabo Verde
EMBAIXADA DE CABO VERDE EM PORTUGAL
SERVIÇO DE COOPERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

N.º Processo: P8359
Nome: Aleida Alexandre Fernandes Sanches Semedo
Filiação:
e de
Data de Nascimento: Estado Civil: Solteiro (a)
Local de Nascimento: Praia Nacionalidade: Caboverdiana

ENDEREÇO ACADÉMICO

Morada: Av. Araújo E Silva, B/c 113-6ºB 3810-048 Aveiro
Concelho: Aveiro
Telefone: Telemóvel: 964280243 E-mail:
Outro contacto em Portugal(Familiar):
Residência:
Telefone: Telemóvel:

ENDEREÇO EM CABO VERDE

Morada: Achadinha - Praia
Ilha: Praia Telefone: 0

INFORMAÇÕES VAGA

Habilitações Literárias: 12º Ano
Último Estabelecimento de Ensino frequentado em Cabo Verde:
Estabelecimento: Universidade De Aveiro - 300
Curso: Línguas E Relações Empresariais Nível: 1
Entidade Gestora: Embaixada De Cabo Verde Em Portugal
Entidade Seleccionadora:
Data Inicio:01-10-2008 Data Prev. Conclusão: 31-07-2011 N.º de Semestres:8 Propina: 3

INFORMAÇÃO DA BOLSA

Data de Inicio: 01-10-2008
Ent. Patrocinadora: Governo De Cabo Verde
Ent. Atribuidora: Ficase
Modalidade: Empréstimo Escalão: FT-Escalao I
Subsidio: 2 Montante: 272

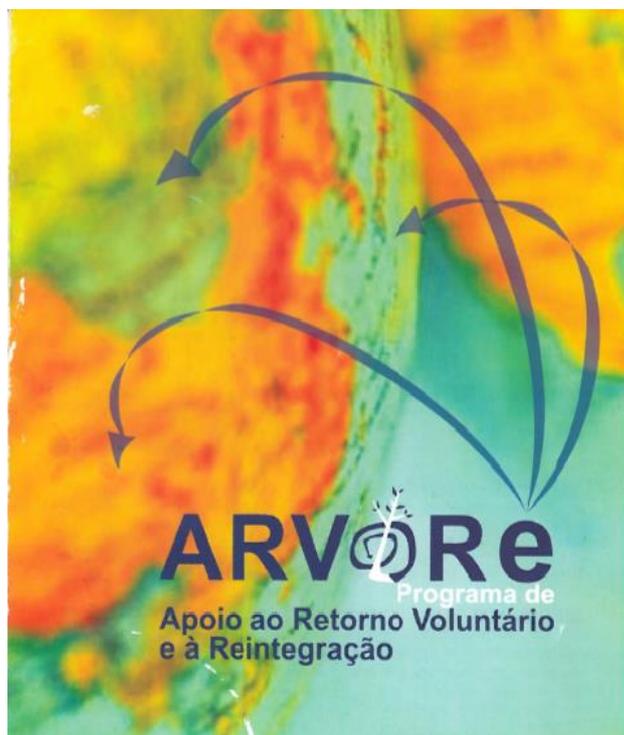
DADOS COMPLEMENTARES

Data Entrada:12-09-2008 Data do Visto: 08-09-2008 Data fim do Visto:01-01-2009
NIP/CPF: N.º Doc. Permanência:
N.º Seguros: N.º Inscrição Concular: 132722
NIB/IBAN:003509950065608693008
Observação:

Anexo n.º 9: Crachá Participação no Portugal Exportador 2013



Anexo n.º 10: ARVORE – Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração



Anexo n.º 11: Programa Portugal Exportador 2013 – Workshops

WORKSHOPS

Para aceder ao programa detalhado, click em (+).

| | AUDITÓRIO I | AUDITÓRIO II | AUDITÓRIO III | AUDITÓRIO IV |
|-------|---|--|--|---|
| 09h00 | SESSÃO DE ABERTURA | | | |
| 09h30 | 1. Autodiagnóstico - 2. Prospeção de Mercado 3. Produtos/Serviços (09h30 - 10h30) | 4. Preço da Exportação - 5. Formalidades - 6. Superar Barreiras/Proteger os seus activos (09h30 - 10h30) | 7. Transporte e Logística 8. Pagamentos (09h30 - 10h30) | 9. Apoios à Exportação - 10. Plano de Internacionalização (09h30 - 10h30) |
| 10h00 | | | | |
| 11h00 | ÁSIA China / Macau (10h30 - 11h30) | EUROPA Alemanha (10h30 - 11h30) | MÉDIO ORIENTE Arábia Saudita Emirados Árabes Unidos Qatar (10h30 - 12h00) | CC Portuguesas: Estruturas de Apoio locais para a internacionalização da sua empresa (10h30 - 12h00) |
| 12h00 | ÁSIA Timor (11h30 - 12h30) | EUROPA França (11h30 - 12h30) | | |
| 13h00 | ÁSIA Indonésia (12h30 - 13h30) | EUROPA Reino Unido (12h30 - 13h30) | ÁSIA Azerbaijão / Cazaquistão (12h00 - 13h30) | O Papel das Associações no Apoio à Internacionalização (12h00 - 13h30) |
| 13h30 | | | | |
| 14h00 | | | | |
| 14h30 | ÁSIA Índia (14h30 - 15h30) | EUROPA Polónia (14h30 - 15h30) | ÁSIA Japão (14h30 - 16h00) | AMÉRICA LATINA Perú (14h30 - 15h30) |
| 15h00 | | | | |
| 16h00 | ÁFRICA Moçambique (15h30 - 17h30) | AMÉRICA DO NORTE EUA (15h30 - 17h00) | WEST COAST AFRICA Cabo Verde, Gana, Costa do Marfim, Senegal (16h00 - 17h00) | AMÉRICA LATINA Colômbia (15h30 - 16h30) |
| 17h00 | | | | |
| 17h30 | | ÁFRICA Angola (17h00 - 18h30) | ÁFRICA Argélia (17h00 - 17h45) | AMÉRICA LATINA Brasil (16h30 - 18h30) |
| 18h00 | AMÉRICA LATINA México (17h30 - 18h30) | | ÁFRICA Marrocos (17h45 - 18h30) | |
| 18h30 | | | | |

Anexo n.º 12: Programa Portugal Exportador 2013 – Cafés Temáticos

CAFÉS TEMÁTICOS

Debate informal e restrito sobre temas da actualidade económica e empresarial no âmbito da internacionalização. Cada café dispõe de um número restrito de participantes. Caso se verifique pontualmente um número elevado de inscrições, os mesmos poderão ser replicados em horários a definir. **Independentemente dos horários se encontrarem esgotados, agradece**

| 11:00 - 11:45 | 12:00 - 12:45 | 14:30 - 15:15 | 15:30 - 16:15 | 16:30 - 17:15 |
|---|--|--|--|---|
| Angola Ceso | Sistemas de Apoio ao Investimento nas Empresas (*) AICEP Portugal Global | Conquista Digital: Uma Ferramenta para a Exportação Mindshaker | A Subcontratação-Outsourcing das vendas AIDEC | Participação em Feiras. Ferramenta de Marketing para fazer crescer o seu Negócio". AIP-FCE |
| Como preparar a participação numa Feira no estrangeiro AIP-FCE | Moçambique Ceso | Expor fora de Portugal Inrede | Guiné-Bissau Ceso | A Marca como fator de sucesso na Exportação Gastão da Cunha Ferreira |
| Cuba - Como fazer negócios com Cuba e as oportunidades de negócio em vista CH Consulting | Brasil Ceso | Instrumentos Financeiros/Meios de Pagamento Novo Banco Trade Finance | Resolução eficaz de problemas na Europa SOLVIT | Recrutamento Internacional Grupo Multipessoal – Msearch |
| Moçambique - a Par & Passo Yunit/Multisector | Sofid | Formalidades / Documentos necessários para exportar Aut. Tributária e Aduaneira | Recrutamento, Seleção e Outsourcing de Expatriados em Angola Grupo Multipessoal – Multipessoal Angola | Internacionalização low cost-1st experience AIDEC |
| O talento do The Lisbon MBA ao serviço da internacionalização The Lisbon MBA | Panamá - Oportunidades de negócio com enfoque no sector de construção e TIC's CH Consulting | A Identidade Digital das Empresas no Processo de Internacionalização AAPI | Catolica Lisbon School of Business & Economics | |
| Instrumentos Financeiros de Comércio Internacional Novo Banco | Estratégias para melhor negociar na América Latina Casa América Latina | STAY LOCAL, GO GLOBAL Conquiste mercados internacionais sem sair do país através de ferramentas web. RIWEB | Air France, KLM | |

(*) A realização do café encontra-se dependente da regulamentação do novo Quadro estar definida na data

CONSULTORIA INTERNACIONAL

Uma equipa de consultores especializados em variados mercados presta informações e esclarece dúvidas sobre os mesmos às empresas interessadas, através de entrevistas individuais.

Independentemente dos horários se encontrarem esgotados, agradecemos que compareça no local e colocamo-lo em lista de espera.

| | | |
|---|--|---|
| Angola, Brasil, Colômbia, Guiné-Bissau e Moçambique - Ceso | Consultoria em Market Development - EUA, América Latina e Magreb -CH CONSULTING | Moçambique, um mercado de oportunidades para todos os sectores – Yunit Multisector |
| A CESO disponibiliza uma equipa de consultores especializados nos mercados de Angola, Brasil, Colômbia, Guiné-Bissau e Moçambique que presta informações e esclarece dúvidas sobre os mesmos às empresas interessadas, através de entrevistas individuais de 15 minutos. Desta forma, será possível um aconselhamento personalizado e adaptado à realidade de cada empresa e cada mercado. | A CH Consulting disponibiliza uma equipa de consultores especializados nos mercados dos EUA, América Latina e Magreb que presta informações e esclarece dúvidas sobre o mesmo às empresas interessadas, através de entrevistas individuais de 15 minutos. Desta forma, será possível um aconselhamento personalizado e adaptado à realidade de cada empresa ao mercado. | A Yunit Multisector disponibiliza uma equipa de consultores especializados no mercado de MOÇAMBIQUE que presta informações e esclarece dúvidas sobre o mesmo às empresas interessadas, através de entrevistas individuais de 15 minutos. Desta forma, será possível um aconselhamento personalizado e adaptado à realidade de cada empresa ao mercado. |

Anexo n.º 14: Programa Portugal Exportador 2013 – Networking Area

NETWORKING AREA

| EMBAIXADAS | | CÂMARAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA | ASSOCIAÇÕES SECTORIAIS E REGIONAIS | SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO |
|--|--|---|---|--|
| <p>09h30-18h00</p> <p>África do Sul Andorra Áustria Cabo Verde Cuba Hungria Indonésia Malta Paraguai Polónia Turquia Ucrânia</p> <p>14h00-18h00</p> <p>México República Dominicana</p> | <p>09h30-14h00</p> <p>Brasil Colômbia Eslováquia Filipinas Grécia Irão Itália Kuwait Noruega Tunísia Perú República Checa Roménia</p> | <p>No Portugal Exportador 2014 poderá articular com os Representantes das Câmaras bem como recolher informação sobre os respectivos países.</p> <p>Câmaras de Comércio e Indústria Bilaterais</p> <p>Árabe-Portuguesa Luso-Alemã Luso-Francesa Luso-Japonesa Portugal-Angola Suíça em Portugal Portugal-Holanda Portugal-Moçambique Portugal Iran Business Council</p> <p>Câmaras de Comércio e Indústria Portuguesas no Exterior</p> <p>Brasil Portugal no Ceará Franco-Portuguesa Hispano Portuguesa Moçambique - Portugal Polónia-Portugal Portugal – Reino Unido Portugal – Brasil em São Paulo</p> | <p>Conforme a área geográfica e o sector da sua empresa poderá contactar com as várias Associações com o objectivo de conhecer melhor os seus serviços de apoio à internacionalização e actividades para 2014/2015. Tem presença confirmada:</p> <p>ACAP – Assoc. Automóvel de Portugal ACEPI – Assoc. do Comércio Electrónico e Publicidade Interactiva ADEB – Assoc. Desenvolvimento Empresarial da Benedita AERLIS – Assoc. Empresarial da Região de Lisboa AICCOPN – Assoc. dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas ANIET – Assoc. Nacional da Indústria Extractiva e Transformadora APIP – Assoc. Portuguesa da Indústria de Plásticos ARCTEL – Assoc. dos Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da CPLP Câmara Comércio e Indústria Portuguesa - ACL - Associação Comercial de Lisboa NERPOR – Assoc. Empresarial da Região de Portalegre NERSANT – Assoc. Empresarial da Região de Santarém PortugalFoods PPA – Parceria Portuguesa para a Água</p> | <p>As empresas prestadoras de serviços de apoio à internacionalização que marcam presença no PORTUGAL EXPORTADOR 2014. Tem presença confirmada:</p> <p>AIP-Feiras, Congressos e Eventos AAPI-Associação de Acção para a Internacionalização, em parceria com a Slideshow e a NanetOnline AIDEC – Associação Internacional para o Desenvolvimento e Competitividade Empresarial Air France - Kim Ceso CH Consulting Chronopost Portugal Credito y Caucion Gastão da Cunha Ferreira Inrede Mindshaker Movie Light Onoma Rede EEN RiWeb SOFID Halcourier Grupo Multipessoal – Msearch Grupo Multipessoal – Multipessoal Angola Yunit Multisector Águas Fonte Viva Gergran</p> |